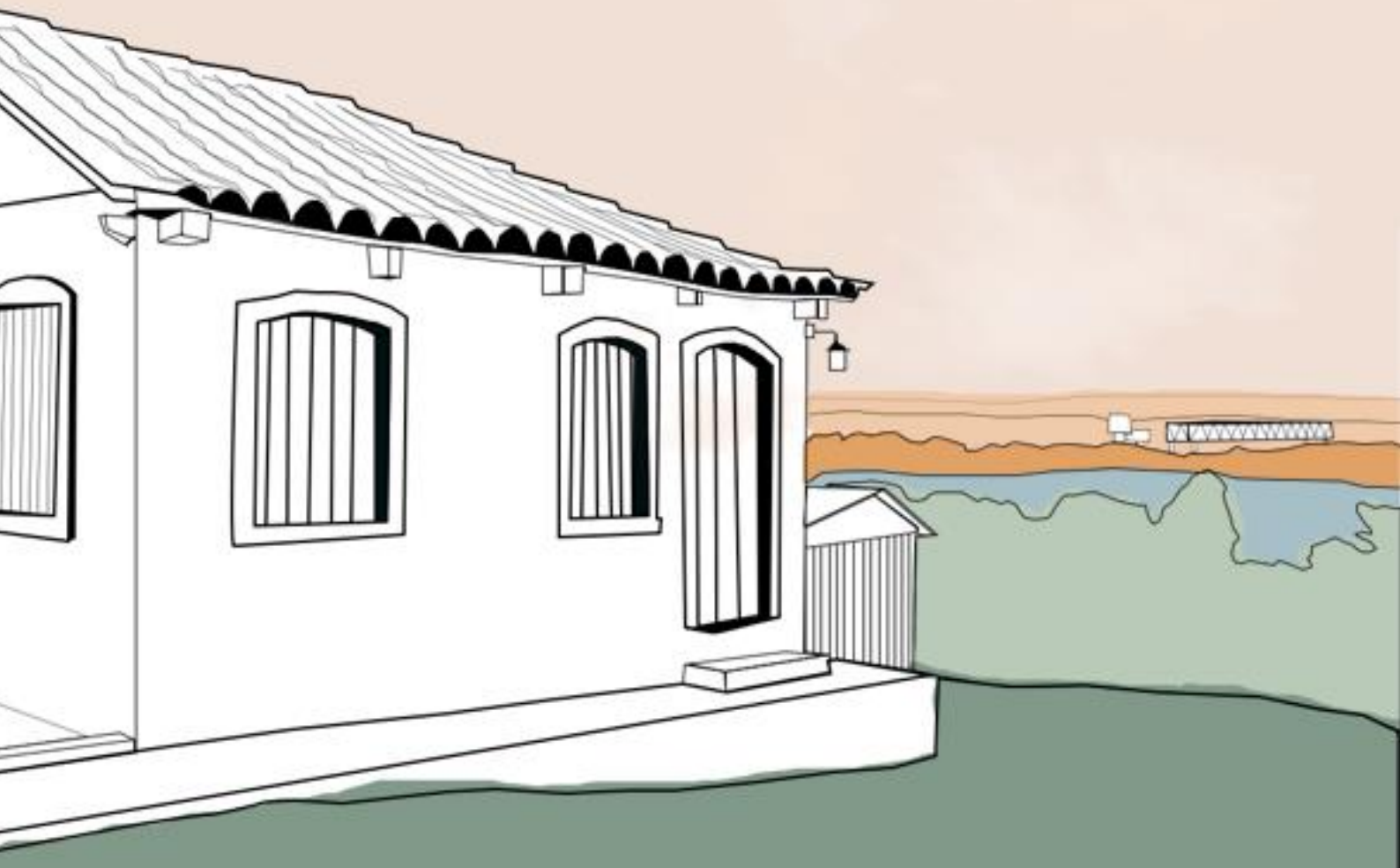
DANIELLE LUIZE DA SILVA ROCKENBACH

CAMINHO AÇORIANO

Requalificação urbana de Santo Amaro do Sul



Danielle Luize da Silva Rockenbach

Monografia apresentada para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de graduação. Orientador: Prof. Dra. Jamile Maria da Silva Weizenmann

Lajeado, Dezembro de 2020.

RESUMO

O presente trabalho, intitulado Requalificação urbana da Vila de Santo Amaro do Sul – General Câmara/RS, desenvolvido no segundo semestre do ano de 2020 compreende a primeira etapa do Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. O trabalho é composto pela pesquisa em relação ao tema, análise do local de intervenção, desenvolvimento do programa de necessidades e embasamento conforme referenciais estudados para a segunda etapa, que compreenderá o projeto.

Nesse sentido, entende-se esta proposta como uma forma de desenvolver o potencial turístico da região e promover a valorização do patrimônio cultural do município. Para tanto, a metodologia compreende uma análise e diagnóstico, em macro escala, da situação atual e um plano de intervenção que passa pela macra e meso escala, sendo proposto seu desenvolvimento projetual na micro escala, na segunda etapa do trabalho de conclusão de curso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Tratados entre Portugal e Espanha no atual território brasileiro..... 9
Figura 02: Mapa das localidades em 1780 Figura 03: Mapa divisões municipais 1846 10
Figura 04: Núcleo africano 13
Figura 05: Francisco P. Rodrigues Figura 06: Casa de Francisco 14
Figura 07- Planta de Santo Amaro do Sul 15
Figura 08: Planta baixa casa rural açoriana 16
Figura 09: Planta baixa casa urbana açoriana..... 17
Figura 10: Casarão da Rua Demétrio Ribeiro 18
Figura 11: edificações in loco 18
Figura 12: Esquadrias 19
Figura 13: igreja matriz de Santo Amaro do Sul 20
Figura 14: Visual do átrio, mezanino e nave 22
Figura 15: visual da capela-mor 22
Figura 16: feiras para a festa de Santo Amaro..... 23
Figura 17: fiés na procissão de Santo Amaro..... 23
Figura 18: estação ferroviária de Santo Amaro do Sul 24
Figura 19: malha ferroviária do RS em 1898..... 25
Figura 20: complexo da estação ferroviária..... 25
Figura 21: Barragem eclusa de Santo Amaro do Sul..... 26
Figura 22: Mapa de Santo Amaro do Sul com as edificações tombadas demarcadas 29
Figura 23: Sobrado tombado 29
Figura 24: Igreja Matriz 30
Figura 25: Conjunto de residências da R. Thomaz Pereira 30
Figura 26: Casa de Cultura de Santo Amaro do Sul 30
Figura 27: Casarão voltada para a igreja..... 31
Figura 28: Anexo do Centro de Atendimento ao Turista 31
Figura 29: Centro de Atendimento ao Turista 31
Figura 30: Mercado de Santo Amaro do Sul 32
Figura 31: Casarão na Rua Ernesto Alves..... 32
Figura 32: Casarão de José G. de V. Jardim..... 32
Figura 33: Primitivo solar 33
Figura 34: Estação férrea 33
Figura 35: Casarão Rua Venâncio Aires..... 33

Figura 36: Casarão Rua Vinte de Setembro 34
Figura 37: Praça central de Santo Amaro do Sul..... 34
Figura 38: Imagens do filme Um Certo Capitão Rodrigo 35
Figura 39: Rio Grande do Sul Figura 40: General Câmara..... 37
Figura 41: Mapas General Câmara..... 38
Figura 42: Santo Amaro do Sul Figura 43: Centro histórico..... 38
Figura 44: planta baixa IPHAN 40
Figura 45: logomarca do Caminho Açoriano..... 72
Figura 46: Bairro Praia Grande - São Luís..... 74
Figura 47: Mapa dos monumentos em São Luís 75
Figura 48: ruas do bairro Praia Grande..... 75
Figura 49: conjunto de imagens de Paraty - RJ 78
Figura 50: mapas turístico de Paraty - RJ..... 78
Figura 51: Caminho de pedras, Bento Gonçalves 79
Figura 52: Mapa do roteiro Caminho de Pedras..... 80
Figura 53: edificações da rota 80

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 7
2. APRESENTAÇÃO DO TEMA 8

2.1 História da Vila de Santo Amaro do Sul 8
2.1.1 Colonização e trajetória 8
2.1.2 Sociedade de Santo Amaro do Sul 12
2.1.2.1 Açorianos 12
2.1.2.2 Africanos 13
2.1.2.3 Francisco Pereira Rodrigues 14
2.2 Traçados urbanos e centros históricos 15
2.2.1 Projeto Urbano de Santo Amaro 15
2.2.2 Arquitetura Açoriana 16
2.2.2.1 Técnica construtiva 18
2.2.3 Igreja 20
2.2.3.1 A festa de Santo Amaro 23
2.2.4 Estação férrea 24
2.2.5 Barragem 26
2.3 Patrimônio histórico e edificações tombadas 27
2.3.1 Vila cinematográfica 35
2.4 Justificativa do tema 36

3. ÁREA DE INTERVENÇÃO 37

3.1 Apresentação da área de intervenção 37
3.1.1 General Câmara 37
3.1.2 Vila de Santo Amaro do Sul 38
3.2 Condicionantes legais 39
3.2.1 Plano diretor de General Câmara 39
3.2.2 Normativas de acordo com diretrizes do IPHAN 40
3.2.3 Legislação ambiental 43
3.2.4 Código Florestal Brasileiro 44
3.2.5 Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul 45

4. PROGRAMA E ESCALAS DE ANÁLISE E INTERVENÇÃO 46

4.1 Organização do programa 46
4.2 Análise Macroescala 46
4.2.1 FOFA 52
4.2.2 Proposta Macroescala 53
4.3 Análise e proposta Mesoescala 59
4.4 Microescala 62
4.4.1 Diretrizes de conservação e restauro 69
4.5 Identidade visual 72

5. REFERENCIAIS DE PROJETO 74

5.1 Bairro Praia Grande, São Luís – Maranhão 74
5.2 Paraty – Rio de Janeiro 76
5.3 Caminho de Pedras, Bento Gonçalves – Rio Grande do Sul 79

REFERENCIAS 81
ANEXOS 82

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, desenvolvida no segundo semestre de 2020, sob orientação da Prof. Dra. Jamile Maria da Silva Weizenmann, é resultado da primeira etapa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCCI) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, exigido para a obtenção do diploma de Arquiteto e Urbanista. Esta pesquisa servirá de base para a segunda etapa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC2) a ser realizado no primeiro semestre de 2021.

A pesquisa apresenta como temática a intervenção urbana de requalificação para a Vila de Santo Amaro do Sul, localizada no interior da cidade de General Câmara – RS. A cidade localiza-se a 80km da capital do estado, Porto Alegre. Esta foi colonizada por Açorianos no início do povoamento do Rio Grande do Sul e apresenta atualmente população de 8.700 habitantes, sendo a economia baseada na agricultura e pecuária.

O trabalho foi organizado em 04 capítulos: temática, área de intervenção, programa e referencial de projeto. No primeiro apresenta-se o tema, com a contextualização histórica, traçado urbano da Vila, a arquitetura local, patrimônio histórico e a justificativa do tema desenvolvido. No segundo capítulo desenvolve-se toda a análise da área de intervenção e dos condicionantes legais. Estes trabalhados na escala regional, municipal e da Vila. Entre as legislações estudadas há o plano diretor do município, leis ambientais e normativas referentes à manutenção do patrimônio nacional pelo IPHAN.

No terceiro capítulo abrange-se o programa que será desenvolvido na próxima etapa e análise de meios para o êxito na implantação do projeto. Este trabalho foi idealizado em diferentes escalas de projeto. Sendo estas: macroescala – Vila e rota turística, mesoescala – centro histórico e área ribeirinha com definições de usos e projeto urbano, e microescala – Recorte de edificações e entorno próximo, nos quais será desenvolvido o projeto na escala do edifício arquitetônico, e definidas as diretrizes para a conservação. Neste capítulo, ainda apresenta-se as diretrizes de conservação e restauro, e a criação da identidade visual do projeto. Por fim, o último capítulo refere-se a análise de referenciais para a realização do projeto na Vila de Santo Amaro do Sul.

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

2.1 História da Vila de Santo Amaro do Sul

2.1.1 Colonização e trajetória

Durante o século XV os países europeus estavam no auge da expansão marítima. Neste período, desenvolveu-se o comércio de especiarias das índias e novas colônias eram fundadas. As principais potências da época eram o reino de Portugal e Espanha. Para evitar conflito entre os dois reinos sobre a expansão colonial, em 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas. Este dividia as terras através de uma linha imaginária locada a 370 léguas de Cabo Verde. A Oeste pertenceria a Espanha e a Leste a Portugal.

Em 1500, embarcações Portuguesas saíram de Lisboa rumo as terras a Oeste para a verificação do novo território. O primeiro sinal de terra que os navegadores encontraram foi no litoral da Bahia. Marcando o descobrimento do território que hoje corresponde ao Brasil.

Os primeiros anos pós descoberta foram de esquecimento por parte de Portugal. A preocupação do Reino estava voltada na comercialização com as índias. A colônia começou a ser colonizada mesmo em 1530, quando uma administração foi instalada, as capitanias foram demarcadas e alguns territórios começaram a ser colonizados. A região sul do país foi tardiamente colonizada, 200 anos pós descobrimento.

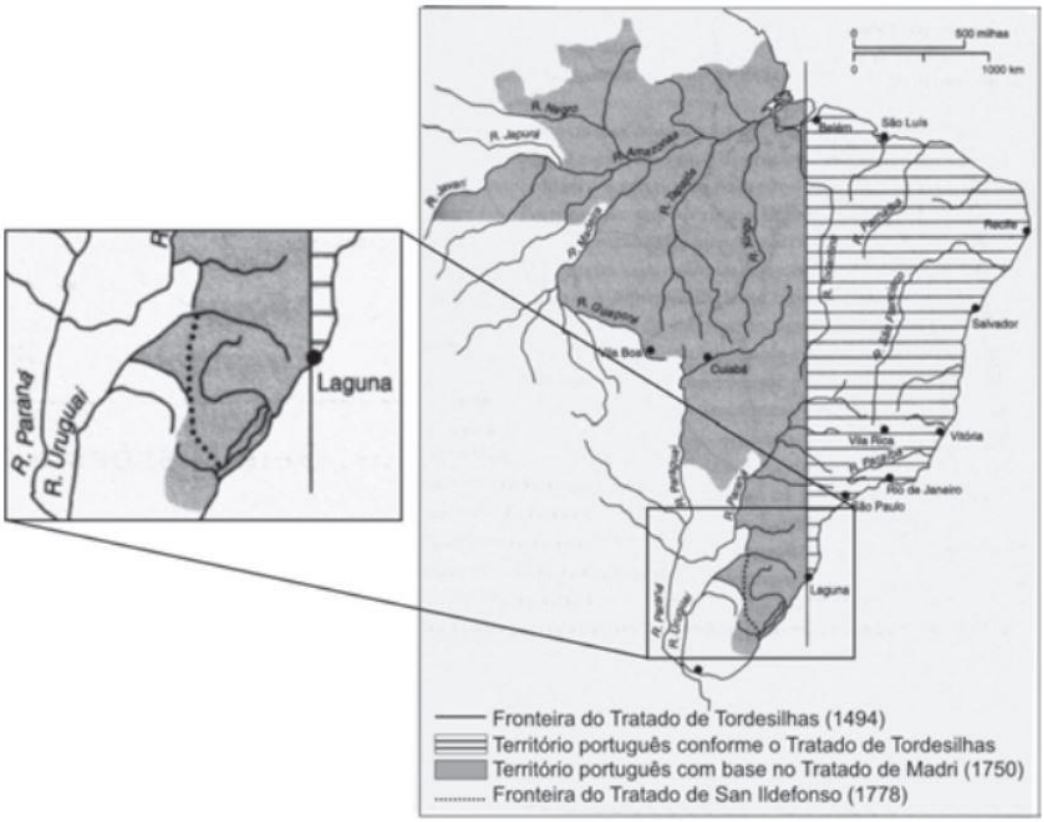
Durante o avanço da colônia Brasileira, como afirma Rosa (1957):

> A linha de Tordesilhas, (...), as linhas demarcatórias, a fluir e a refluir incessante, nada disso teve caráter definitivo, ou permanente; tudo isso se alterou, modificou-se, anulou-se, enquanto a ‘fronteira” delineava-se, e se fixava, pela ação direta e tenaz dos homens da raia.

Isto é, a linha que demarcava a divisa entre território Português e Espanhol era mutável de acordo com os avanços das expansões territoriais de ambos reinos. Para resolver este empasse, o Tratado de Tordesilhas foi anulado e substituído pelo Tratado de Madri em 1750. Neste, as fronteiras foram reestabelecidas. Portugal cedeu a Colônia de Sacramento para a Espanha, que

já havia se apossado deste território, e Espanha cedeu o território que corresponde a região Sul do Brasil a Portugal.

Figura 01: Tratados entre Portugal e Espanha no atual território brasileiro



Fonte: BETHEL, L. História da América. V. I. São Paulo. (Foto: EDUSP)

Nesse sentido, a administração da colônia Brasileira adotou uma política de expansão de povoados ao extremo sul. Com a finalidade de proteção as fronteirais do território, exploração de recursos naturais e desenvolvimento da economia. Para que isto fosse possível, enviaram a população de açorianos que haviam se instalado no Brasil na busca por Ouro. Estes foram instalados de forma provisória em Laguna para depois serem encaminhados para suas novas terras.

Entretanto, o que o governo não esperava era a resistência dos padres jesuítas e dos índios que viviam nesta região.

> Ocorreu, então, ao Governo Português a ideia providencial de assentar os colonos ao longo da linha de penetração águas acima, pelo Jacuí. Constituir-se-iam eles em celeiros de apoio ao cinturão militar estendido entre o Presídio do Rio grande e a Tranqueira do Rio Pardo. Receberia cada um uma data de terra de 272 hectares (RODRIGUES, 1995, p.15).

No ano de 1752 foi estipulado a construção de dois fortes e armazéns de bélicos juntos à margem do Rio Jacuí: em Santo Amaro do Sul e em Rio Pardo. O exército foi destinado para ocupar a área e expulsar os jesuítas que ali viviam. Após três anos, em 1755, os povos que ali iriam residir chegaram. Entre estes haviam pessoas oriundas da colônia – Laguna e São Paulo, e Portugal – Açores e Madeira, juntamente com alguns escravos. Em 1758 chegaram açorianos para completar o povoamento.

Os casais destinados à margem do Rio Jacuí serviriam ao governo como força nas frentes militares brasileiras, na densificação da população e de produção agrícola para a economia. Em troca, foi prometido a estes pelo governo que receberiam além das datas de terras (272 hectares), materiais para início dos trabalhos na terra (instrumentos agrícolas, sementes, animais, etc). As primeiras datas foram distribuídas em 1770, 15 anos após a chegada dos primeiros moradores e a organização urbana foi definida em 1774.

Figura 02: Mapa das localidades em 1780

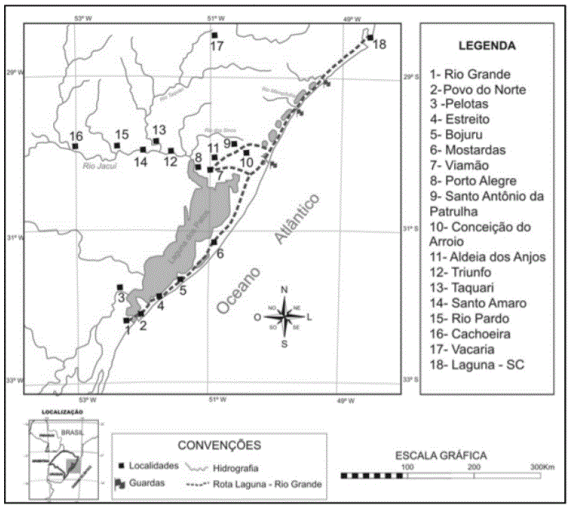
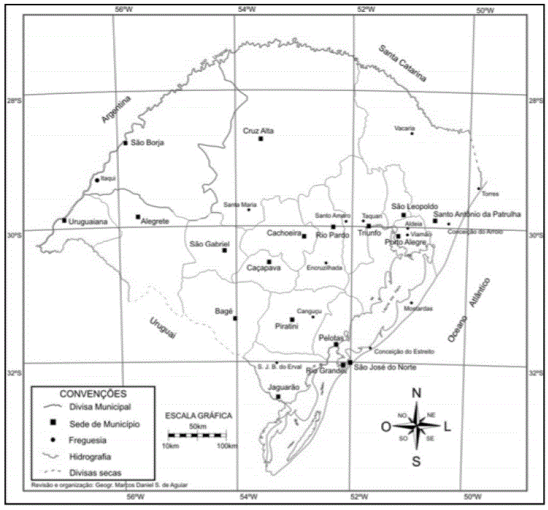


Figura 03: Mapa divisões municipais 1846

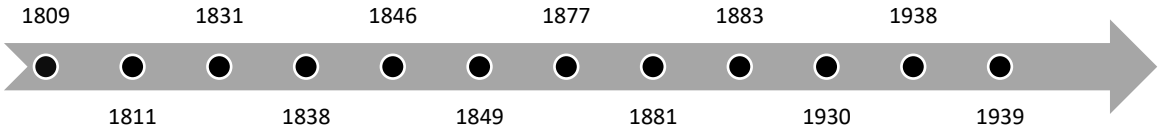


Fonte: Machado (2017)

As imagens apresentadas acima mostram a divisão territorial do Rio Grande do Sul nos anos de 1780 e 1849. Nestas, pode-se observar o desenvolvimento do estado que inicialmente começou a ser formado na região litoral e nas margens do Rio Jacuí. Após 69 anos o território havia sido ocupado por inteiro e definido os limites das cidades responsáveis por certas áreas. No mapa de 1780 está demarcada a localidade de Santo Amaro do Sul. Já no de

1849 não costa a marcação, pois neste período fazia parte do município de Triunfo.

A linha de tempo e o quadro a seguir sintetizam os acontecimentos pós colonização e urbanização de Santo Amaro do Sul com os principais fatos ocorridas até se tornar Vila da cidade de General Câmara.



1809 – Remodelação da divisão administrativo do Rio Grande do Sul e Santo Amaro passa a pertencer ao município de Rio Pardo.
1811 – Povoado recebe o título de vila.
1831 – Santo Amaro do Sul passa para a jurisdição do município de Triunfo.
1838 – Revolução Farroupilha com momentos na Vila
1846 – Instalação da primeira escola pública masculina e um ano após a feminina.
1849 – Remodelação da divisão do Rio Grande do Sul, criado o município de Taquari, para o qual a vila é transferida.
1877 – Instalações das oficinas da estrada de ferro e construção da linha Porto Alegre – Uruguaiana.
1881 – Municipalização de Santo Amaro do Sul.
1883 – Estação férrea é inaugurada e ocorre a mudança as oficinas da estrada de ferro para a margem junto ao Rio Taquari, no interior no município.
1930 – Junto a margem do Rio Taquari, o Arsenal de Guerra ocupa os espaços onde da antiga oficina, como pavilhões e casas, e criasse a Vila Militar.
1938 – Santo Amaro do Sul é elevado a cidade e por decisão do poder ditatorial o município passa a ter a sede administrativa junto a Vila Militar.
1939 – O nome da cidade passa a ser General Câmara.

Fonte: QG de Chico Pedro, adaptado pela autora (2020)

2.1.2 Sociedade de Santo Amaro do Sul

2.1.2.1 Açorianos

Em relação a formação social das colônias, o governo português enviou casais de sua população para as suas colônias para que estes criassem nessas núcleos de cidades, de trabalho e defesa, mostrando assim, o poder do reino. A primeira viagem com destino à povoação da colônia brasileira foi de 1716, e segundo carta do Rei D. João V.:

> E como para se povoar, e haver nela moradores, que saibam da cultura, fui servido mandar ir sessenta casais da província de Trás os Montes, os quais vão da cidade do Porto, para esse Rio de Janeiro, para dele se embarcarem para a Nova Colônia com os materiais, munição, drogas, e mais aprestos pertencentes a ela. ”

O chamariz para que as pessoas aceitassem se mudar para uma colônia em processo inicial de desenvolvimento era a promessa de riqueza na nova terra. Neste período haviam sido encontradas as primeiras minas de ouro em solo brasileiro. Na visão dos portugueses, se tinha ouro em uma parte da colônia, provavelmente seria encontrado mais em outras regiões.

Juntamente com os portugueses, foram enviados ao Brasil uma grande quantidade de escravos africanos para trabalho junto as minas. Entretanto, logo se percebeu a escassez deste recurso natural e iniciou-se o desenvolvimento da agricultura, para onde os escravos foram destinados.

Após a conquista da região Sul do Brasil havia a necessidade de marcação do território e proteção deste. Para estas funções foram destinados ao Sul casais portugueses oriundos das ilhas de Açores. Nestas ilhas as condições de vida eram miseráveis visto que o solo era rochoso, o terreno com grandes declives e a agricultura não tinha espaço para ser desenvolvida. Então, a mudança para a colônia era vista como melhoria da vida das famílias. Historiadores calculam que para o Brasil vieram cerca de 1.178 casais, totalizando 6.492 pessoas. Entretanto, o esperado era 4.000 casais. Para o Rio Grande do Sul foram destinadas 278 famílias. Ao povoado de Santo Amaro foram enviadas aproximadamente 35 famílias, sendo 20 destas no ano de 1755 e o restante em 1758.

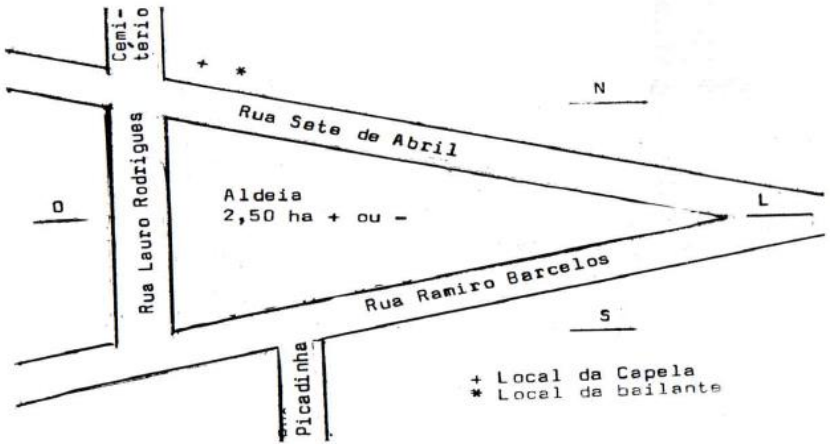
2.1.2.2 Africanos

Os açorianos que em Santo Amaro do Sul foram locados trouxeram alguns consigo seus escravos e, conforme Rodrigues (2003), em 1799 estes eram em grande número no povoado. Há relatos de que os negros no Rio Grande do Sul viviam em melhores condições do que o restante do país. Alimentação, vestimenta, tratamento dos senhores eram melhores, tanto que trabalhavam lado a lado, senhores e escravos. Em Santo Amaro alforrias eram feitas antes mesmo da Abolição da escravidão.

A Vila apresentava um núcleo africano (fig.04), em formato triangular com aproximadamente 2,5 hectares no qual foram construídas casas pau-a-pique de piso de terra batida, uma capeta e o local da bailante. Na vila viviam ótimos trabalhadores, desde domésticas, doceiras, lavandeiras, ferreiros, carpinteiros, músicos, entre outros.

Conforme o livro de Rodrigues, um trabalhador que vivia na aldeia tinha destaque perante o povoado, o Marcirio Dias de Souza, conhecido por Cafuncho. Este tinha seu trabalho ligado a igreja matriz de Santo Amaro, mesmo não sendo da religião católica. Era responsável geral pela manutenção, organização e pela convocação da população ao toque dos sinos. Com sua grande estima pela população local, conseguiu unir forças para a construção da capela e da bailante no núcleo o qual vivia para celebrar junto ao seu povo a sua fé. Atualmente não há resquícios deste núcleo africano na Vila.

Figura 04: Núcleo africano



Fonte: QG de Chico Pedro

2.1.2.3 Francisco Pereira Rodrigues

Francisco Pereira Rodrigues (fig.05), natural de Santo Amaro do Sul, nascido em 1913 e com seus 107 anos de vida na data desta escrita. Francisco estudou os primeiros anos na sua cidade de origem e os demais estudos fez fora dali. Graduado em Direito que trabalhou a vida inteira em cargos políticos e o seu primeiro emprego foi como auxiliar na secretaria geral da Prefeitura de Santo Amaro do Sul. Foi vereador nos municípios de Itaqui (1948/52), Taquari (1952/56), Farroupilha (1952/59) e prefeito de General Câmara (1960/64). Na função de administrador do município de General Câmara pode trabalhar com a vila de Santo Amaro pela qual apresenta é um admirador e relator de sua história.

Sua trajetória de vida também recebe destaque pela sua escrita. Escritor romancista, poeta e historiador. Com mais de 50 obras publicadas e participante na Academia Rio-grandense de letras. Dentre suas obras, destaca-se a colaboração para o registro histórico da história e acontecimentos na Vila de Santo Amaro. Com este tema, há uma coleção dedicada, Minha Terra – Meu orgulho. Composta pelos livros Uma página da história Rio-grandense, Um pedaço do Rio Grande e Um crime de Lesa-história.

Francisco viveu sua vida em diversas cidades do Rio Grande do Sul, mas nunca se afastou de seu local de origem. Dono de uma residência em frente à praça, próxima a igreja na qual optou por uma arquitetura que segue as características das casas históricas no entorno (fig.06).

Figura 05: Francisco P. Rodrigues

Fonte: Eis um homem (2014)

Figura 06: Casa de Francisco

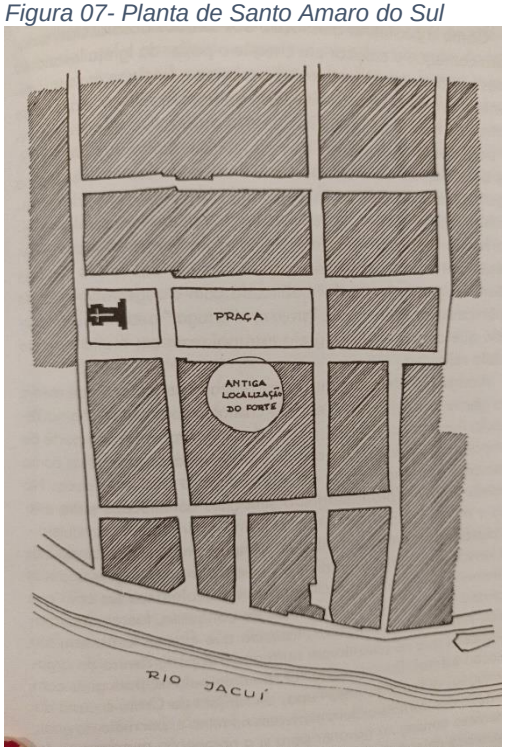
Fonte: street view

2.2 Traçados urbanos e centros históricos

2.2.1 Projeto Urbano de Santo Amaro

Santo Amaro do Sul foi fundada no ano de 1752. Neste ano apenas foi construído o Forte e edificações pequenas de moradia. Após 19 anos, em 1771, o governador José Marcelino de Figueiredo encarregou que o capitão/engenheiro Alexandre José Montanha fizesse um projeto para o povoado. No ano de 1773 os limites da nova freguesia são delimitados e em 1774 o governo ordena que seja delimitado as ruas, praça e o local da Igreja conforme projeto.

Figura 07- Planta de Santo Amaro do Sul



Fonte: Weimer (2004)

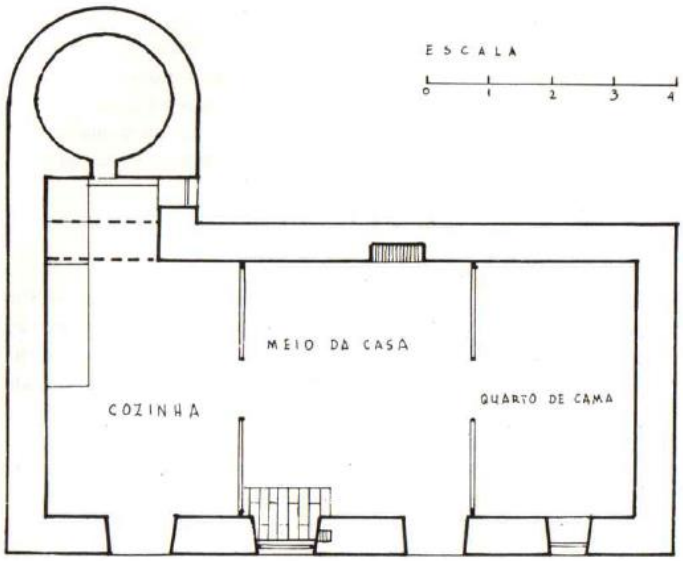
O projeto de Montanha apresentava como ponto de partida as margens do Rio Jacuí e se estendia seguindo um traçado regular a Norte (fig.07). No alto da margem, onde o terreno passa a ser plano, foi locada a praça central e igreja em destaque junto à praça. Na execução do projeto, houve redução de escala e o traçado apresenta irregularidades devido a algumas edificações que não obedeceram ao alinhamento proposto. Quando o projeto foi realizado, não havia mais o forte.

Alexandre José Montanha, o engenheiro responsável pelo projeto urbano de Santo Amaro, nasceu em Portugal e estudou na Academia Militar da Corte, onde adquiriu o título de engenheiro. De acordo com o estudo de Weimer (2004) Montanha apresenta em seu projeto influencias acadêmicas, fato que gerou um desenho urbano com características do Urbanismo Espanhol. Ruas e quadras regulares e praça central. Este projeto, juntamente com o de São José de Taquari, marcam uma nova fase do urbanismo rio-grandense, juntamente com a influência da vinda dos povos Açorianos.

2.2.2 Arquitetura Açoriana

A arquitetura nas edificações feitas pelos açorianos em seu processo de colonização é a colonial barroca. As casas eram muito simples e as primeiras construções eram rudimentares, pois eram escassos os recursos para tal, sendo estes oriundos do entorno imediato, como pedras, madeira, entre outros materiais. Segundo Macedo (1987) haviam dois modelos de unidade residencial açorianas, as casas de campo e as urbanas. A principal diferença entre estas estava no fato de que a casa rural se desenvolvia a partir da frente para os lados, já a residência urbana da frente aos fundos do terreno (devido a limitação do terreno), configurando sobrados e casa-em-fita.

Figura 08: Planta baixa casa rural açoriana

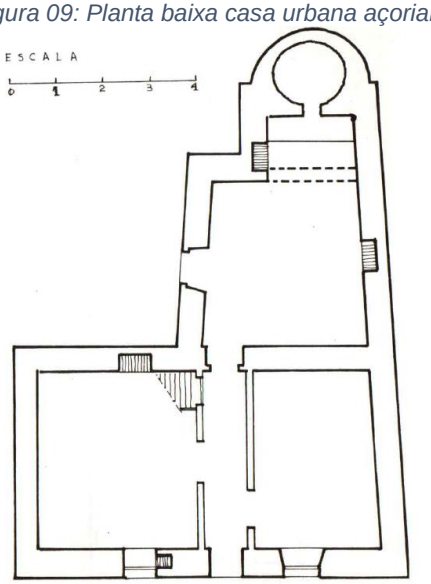


Fonte: Macedo (1987)

A planta baixa da casa de campo apresentava basicamente por três ambientes (fig.08), separados por divisórias leves. O acesso ocorria pela parte central da fachada, no primeiro ambiente, o meio da casa (área social). Este ambiente era composto por um espaço do tablado de madeira, agulheiro, copeira e mesa. O tablado, junto a janela da fachada, servia como espaço para as senhoras olharem a rua e trabalharem na costura. Já o agulheiro e a copeira eram cavidades feitas na parede para armazenamento de materiais. O primeiro apresentava os apetrechos para costura e o segundo as louças e pertences pessoais importantes.

O segundo ambiente da edificação era um pequeno quarto cama, onde dormiam todos as pessoas residentes. Alguns quartos apresentavam uma falsa, um segundo andar improvisado onde dormiam as crianças. A cozinha, terceiro cômodo, apresenta como elementos: copeira (cristaleira), arquibancada (arca e banco) e em destaque um grande forno no canto do espaço. Tais elementos e ambientes destacados revelam, em síntese a composição geral das casas de campo construídas pelos açorianos.

Figura 09: Planta baixa casa urbana açoriana



Fonte: Macedo (1987)

A casa urbana, em sua forma mais básica, apresentava assim como a residência de campo três ambientes (fig.09). Entretanto, apresenta variações. Estas oriundas do uso, terreno e condições econômicas. Este último condicionante gera edificações com área maior, térreas ou dois pavimentos.

Nesta edificação, o meio da casa é suprimido e o acesso, que ainda é posicionado no centro da fachada, leva a um corredor. Este corredor dividia dois ambientes, os quartos de casa, e direciona para a área principal, a cozinha. Os quartos são separados em dormitório das moças e crianças e o outro é o dormitório dos adultos. No primeiro dormitório encontrava-se o agulheiro junto à janela e a falsa, e o segundo não apresenta elementos além das camas. A cozinha, ao final do corredor, comportava o grande forno, elemento em destaque, e um acesso ao pátio aos fundos.

2.2.2.1 Técnica construtiva

As edificações construídas pelos Açores no período colonial apresentavam técnica construtiva simples. As primeiras casas foram feitas com taipa de barro. Após, as residências apresentavam paredes externas em pedra irregular com espessura final média de 60cm e paredes internas em tijolo e revestimento em estuque, com espessura média de 14cm. Como é possível visualizar na figura 10. Na primeira imagem com a parede externa de pedra irregular e a segunda com paredes internas em tijolo.

Figura 10: Casarão da Rua Demétrio Ribeiro

Fonte: da autora (2020)

As casas-em-fita urbanas (fig.11) eram coladas umas às outras, com uma parede divisória única e o telhado destas era em duas águas contínuas entre as economias. Estas apresentavam fachada com uma porta e uma janela e aproximadamente 380cm de testada e profundidade de 800cm. As maiores com duas janelas e uma porta apresentavam 440cm de testada e 800cm de profundidade. Neste período duas unidades poderiam ser transformadas em uma e vãos entre estas permitiam a passagem interna.

Figura 11: edificações in loco

Fonte: da autora (2020)

As casas urbanas em geral apresentavam pequeno beiral, de no máximo três fiadas. Os vãos das aberturas de janela tinham fechamento composto por janela em guilhotina com pequenos vidros e folhas de madeira na parte interna. Haviam detalhes que variavam entre as casas. As mais simples apresentavam aberturas quadradas, sendo que algumas eram mais rebuscadas com verga curva em arco abatido que terminava em uma pequena curva. Além disso, algumas apresentavam, ornamentos sobre a verga.

Figura 12: Esquadrias

Fonte: da autora (2020)

Nas imagens superiores, podem ser observadas as esquadrias originais do período de construção das edificações pelos açorianos recém-chegados ao Brasil. A primeira imagem mostra a visual interna destas, com a janela em guilhotina com peças pequenas envidraçadas e a parte interna do fechamento em folhas de madeira. Na segunda imagem observa-se a mesma esquadria da outra figura, porém pela visual externa. E a terceira figura corresponde a uma porta de folha dupla em madeira com o arco superior trabalhado.

2.2.3 Igreja

Figura 13: igreja matriz de Santo Amaro do Sul

Fonte: da autora (2020)

O povoamento de Santo Amaro do Sul iniciou-se em 1752 e os povos que ali foram residir logo se juntaram para construir um local destinado a realização de atos religiosos. Uma capela foi construída em 1756 próximo ao rio e de tempos em tempos um padre oriundo de Triunfo realizava nesta orações junto ao povo. Não havia na cidade um padre, pois para isso era necessária uma igreja com toda infraestrutura necessária. Os moradores se juntaram e em 1787 foi iniciada a construção da igreja matriz na praça central de Santo Amaro (fig.13). Ela compõe o conjunto de primeiras igrejas construídas no Rio Grande do Sul e que permanecem com as características originais da construção, juntamente com a de Rio Grande (1740) e Viamão (1755).

A edificação de paredes grossas, com dimensões entre 120 a 150cm detém uma arquitetura do estilo barroco, construção simples e de grande valor religioso. Esta, de acordo com relatos dos moradores locais, foi construída com a força do trabalho escravo e apresenta como matéria prima principal de construção o uso da pedra. A planta baixa desta edificação é composta por um átrio junto ao acesso principal, nave única, altar e dois anexos, um em cada lado do altar.

A fachada frontal desta igreja, voltada para a praça (fig 13), apresenta características arquitetônicas similares a da matriz de Viamão. Estas possuem três faixas verticais divididas por pilastras. A faixa do meio é o espaço destinado ao acesso à igreja. Este é realizado por meio de uma porta única e central demarcado pelo conjunto das quatro aberturas presentes, a porta e as três janelas superiores.

As outras duas faixas recebem uma torre falsa cada. As torres proporcionam o alargamento da fachada principal, acarretando em uma imponência maior para a fachada. Nestas há no topo uma abertura, sendo a da esquerda responsável por abrigar o sino, o qual só pode ser acessado por escada externa.

A igreja, conforme supracitada, é de estilo barroco e dentro das características principais destaca-se os elementos da fachada frontal. A faixa do meio é composta por frontão central triangular e borda superior em três camadas de moldura. As torre e pilastras são finalizadas com coruchéus torneados, aberturas com molduras em remates curvos e friso horizontal único em toda extensão da fachada. As demais fachadas não apresentam toda esta gama de elementos decorativos. São compostas apenas por aberturas emolduradas e pilastras. Todas as janelas da matriz recebem fechamento em vitrais e as portas em laminas de madeira simples.

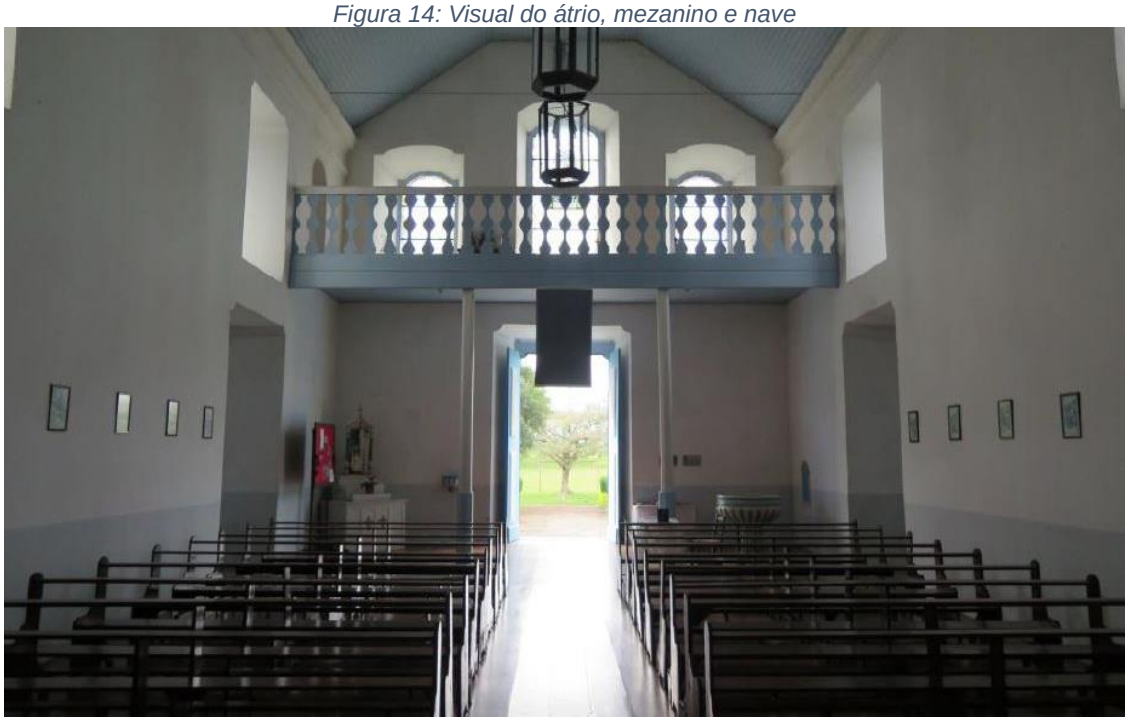
Ao ingressar atualmente na igreja os fiéis deparam-se com um espaço no qual as características originais e os elementos foram mantidos e preservados. O átrio, espaço de recepção aos visitantes, contém o batistério de pedra e pequeno altar onde fica locada a réplica da imagem de Santo Amaro. Acima do átrio já o mezanino do coral. Este só pode ser acessado por escada externa, assim como o sino (fig14).

A nave central, com pé direito de 10m, possui corredor central, bancos nos dois lados e a frente dois retábulos, em amarelo e dourado, que demarcam o altar (fig.15). Os retábulos são compostos por altar interno no qual estão locados em um a imagem de São Bento e no outro Espírito Santo, dois anjos sentados sobre os retábulos e superior a estes há um dorsel.

Entre os retábulos há o acesso para a capela-mor com pé direito de 8,9m e ao fundo o altar-mor, conjunto que forma o espaço onde o padre celebra a missa. Na capela há acesso para três outros espaços. Abaixo desta, há um espaço

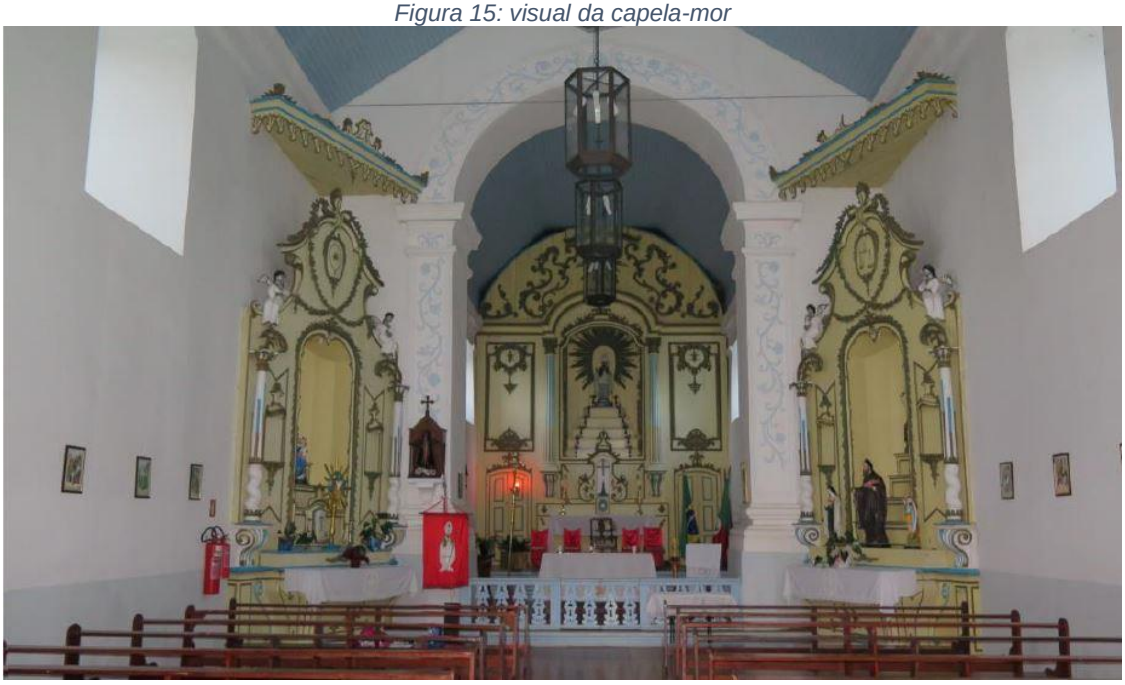
destinado para sepulturas, local onde foram velados alguns antigos moradores da Vila. Ao lado a esquerda há a sala de catequese e a direita a sacristia. O altar-mor apresenta um grande retábulo com duas portas laterais par a manutenção e altar para locação da imagem original do Santo padroeiro, Santo Amaro.

Figura 14: Visual do átrio, mezanino e nave



Fonte: Memória e Registro em Santo Amaro

Figura 15: visual da capela-mor



Fonte: Memória e Registro em Santo Amaro

2.2.3.1 A festa de Santo Amaro

A Vila de Santo Amaro do Sul realiza a mais de 225 anos a festa do Santo padroeiro, Santo Amaro, o qual originou o nome da localidade. A festa é realizada sempre dia 15 de Janeiro e recebe fieis de diversas cidades do Rio Grande do Sul. Estes se deslocam a Vila para fazer pedidos, agradecer e cumprir suas promessas.

Nesta data, o pacato vilarejo tem suas ruas e praça cheias de visitantes. Feiras são montadas na praça (fig.16), comercializando alimentos e produtos vinculados a cultura local e ao padroeiro. Essa festa movimenta um fluxo de turistas de grande número. Sendo frequentemente 3 ou 4 vezes maior do que a própria localização da localidade de Santo Amaro (fig.17). Conforme relato da moradora local Anajara.

Figura 16: feiras para a festa de Santo Amaro

Fonte: moradora local Anajara

Figura 17: fiés na procissão de Santo Amaro

Fonte: Educação Patrimonial na vila de Santo Amaro do Sul

2.2.4 Estação férrea

Figura 18: estação ferroviária de Santo Amaro do Sul

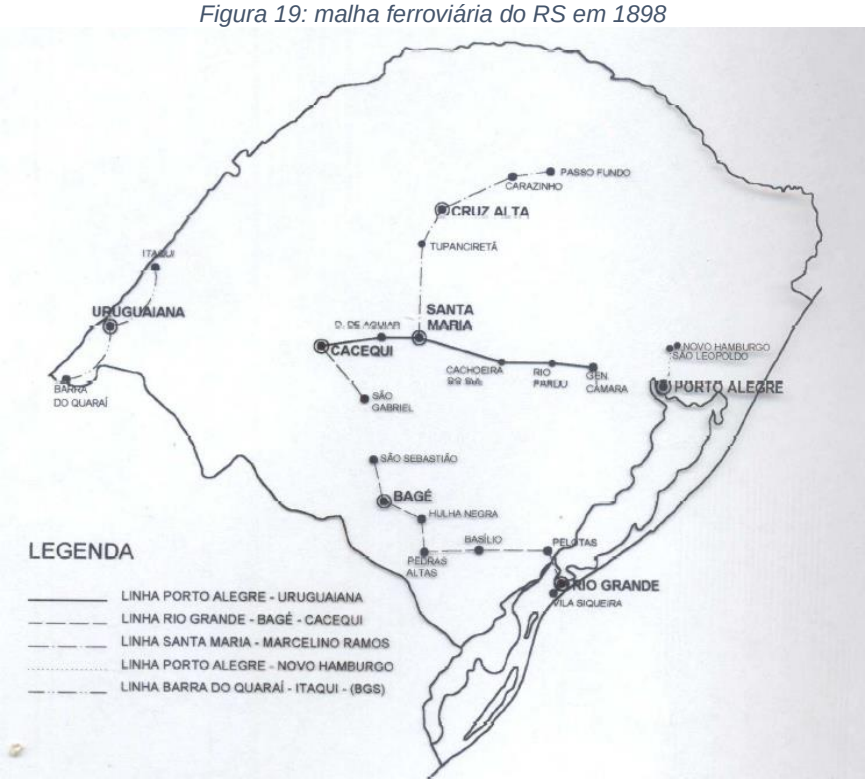
Fonte: da autora (2020)

No ano de 1877, o estado do Rio Grande do Sul estava em processo de expansão das linhas férreas (fig.19). Dentre as novas criadas estava a de ligação entre a capital Porto Alegre e a cidade no extremo ocidental, Uruguaiana. Entretanto, no projeto desta não havia acesso direto a Porto Alegre pelos trilhos de trem. Sendo necessário parte do trajeto ser feito rede fluvial junto ao Rio Jacuí. No encontro destes dois sistemas de transporte era necessária a criação de uma estação férrea. Esta estava sendo designada para ser executada na cidade de Rio Pardo, mas optou-se por Amarópolis (atual Santo Amaro do Sul, que por curto período apresentava esta nomenclatura) pertencente ao município de Taquari, em virtude da proximidade com a capital.

A inauguração da estação e as primeiras viagens aconteceram no ano de 1883. Porém, o trajeto completo só pode ser feito após 1911, quando os trilhos chegaram a Uruguaiana. Quando enfim a linha estava completa, já não eram mais a principal conexão por trilhos entre Porto Alegre – Uruguaiana. A viagem podia ser feita através da linha Uruguaiana – Monte Negro, Monte Negro – Porto Alegre, agilizando o processo que não precisaria ser finalizado por navegação. A estação de Amarópolis passou a ser subutilizada, até chegar ao ponto de desativação e retirada dos trilhos em 1962. Alguns anos depois foi usada como residência, restaurante e atualmente está fechada (fig.18 e 20).

A estação de Santo Amaro do Sul é relatada no livro Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul – Inventário das Estações 1874 – 1959 com outras diversas espalhadas pelo estado. No livro constam as fichas individuais de cada uma com informações gerais, estado de conservação, materialidade e histórico (anexo 01).

Figura 19: malha ferroviária do RS em 1898



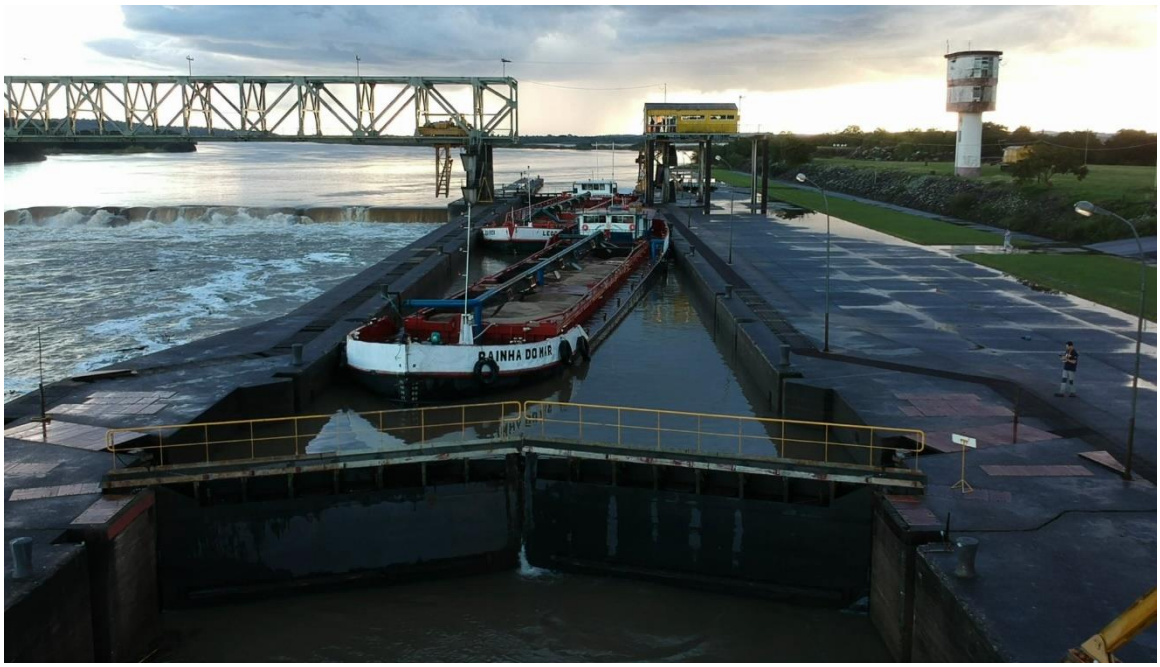
Fonte: Patrimônio ferroviário no RGS

Figura 20: complexo da estação ferroviária

Fonte: da autora (2020)

2.2.5 Barragem

Figura 21: Barragem eclusa de Santo Amaro do Sul



Fonte: https://twitter.com/DNITofficial/status/1186308769438982146

Passados nove anos da desativação da estação de Santo Amaro do Sul, em 1971, iniciou-se uma nova construção de suma importância junto a Vila, a barragem eclusa (fig.21). Esta construção fez parte do Plano Hidroviário do Estado feito pelo Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (Deprec) de 1961. Em 1974, concluiu-se a obra que proporcionava a navegação no Jacuí fazendo a conexão entre um desnível de 4,6 metros e permitia o translado de embarcações com até 2,5 metros de calada. Esta barragem e as demais modificações junto ao rio permitiam uma integração fluvial de aproximadamente 300 quilômetros. Esta interferência nas margens do rio junto a Vila criou um lago o qual os moradores e visitantes aproveitam no veraneio, em campings junto ao rio.

2.3 Patrimônio histórico e edificações tombadas

A palavra patrimônio, tem em sua origem semântica o significado de “bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos”. Entretanto, segundo Choay (1925), o patrimônio passou a ser usado como conceito, atrelado a adjetivos como genético, natural e histórico. Dentre estes conceitos há o de Patrimônio Histórico, que consiste no acúmulo de objetos do passado. Estes objetos podem ser obras de arte, edificações, centros urbanos, entre outros. Na arquitetura este conceito é empregado em relação à edificações em sua totalidade, isto é, o prédio com suas individualidades, o entorno próximo e a malha urbana a qual compõem.

O Patrimônio Histórico e sua preservação começaram a ser pauta de conversas inicialmente nos países do continente Europeus, e a França foi o primeiro país a criar uma comissão para tratar do assunto. Em 1837, criaram a Comissão dos Monumentos Históricos. A qual ostentava em seu conjunto de bens inventariados obras da antiguidade, edificações religiosas da Idade Média e Castelos. Após, outros países começaram a tratar seus bens históricos com maior afinco. Dentre eles os Estados Unidos da América e a China, regiões distantes da Europa.

A normatização da preservação do Patrimônio histórico foi iniciada em 1933 durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) com a Carta de Atenas. Conforme Costa (2005) a Carta propunha a conservação de edificações significativas em detrimento dos centros históricos ou quarteirões e edificações diferentes dos objetivados que deveriam ser devastados e suas áreas seriam transformadas em campos verdes. Três décadas depois, no ano de 1964 o assunto volta a ser retratado no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos com a criação da Carta de Veneza. Nesta, o monumento passa a ser classificado como uma criação arquitetônica isolada, bem como, o sítio rural ou urbano no qual houve um acontecimento histórico de grande relevância temporal e espacial, não podendo ser analisado separadamente da história ou do meio no qual se insere.

O Brasil, como é um país jovem comparado aos outros, passou a tratar a preservação dos bens culturais a partir da década de 30, no governo Vargas, com a criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Leis

foram criadas, como as leis federais nº225/1937 e 149/1969 que definem “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (VIEIRA, S.G., 2002, p.188).

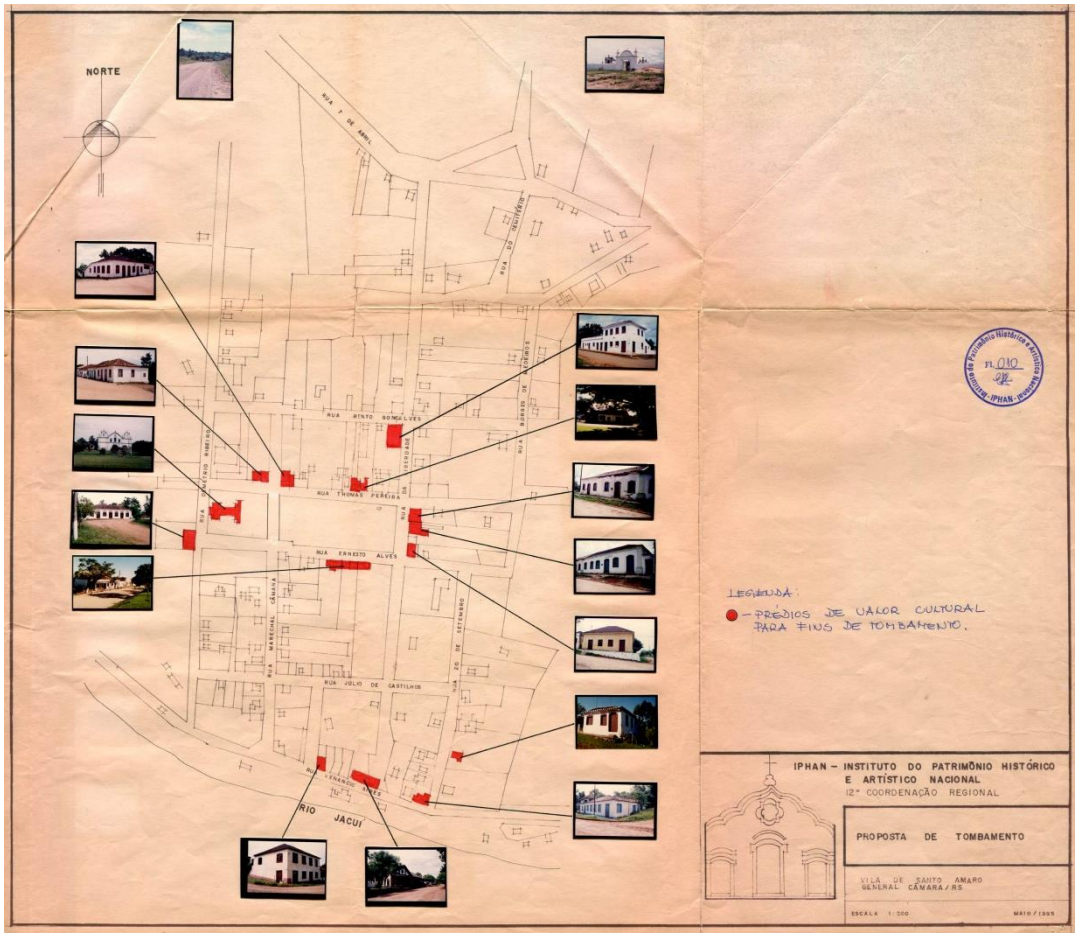
O órgão responsável pela preservação, proteção e promoção do patrimônio histórico-cultural brasileiro é o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instituto vinculada ao Ministério do Turismo que conta com 27 superintendências, locadas uma em cada estado do país e no Distrito Federal). A superintendência do Rio Grande do Sul é o IPHAE. Este órgão é tutor de obras, objetos, conjuntos urbanos, sítios, paisagens, arte, ciência, arqueologia, paleontologia e ecologia, e dispõem de ferramentas como registros, inventários e tombamentos para garantir a proteção de todos estes bens.

O tombamento, instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural, foi instituído no Brasil em 1937. Este, constitui um ato administrativo que por meio de leis específicas assegura a preservação de bens de valor, cultural, histórico, ambiental e até mesmo os afetivos de uma população. Para que um bem passe a integrar a lista de patrimônios tombados é necessário que alguém faça uma solicitação de análise deste. O principal agente para esta análise é IPHAN, entretanto, órgãos estaduais podem realizar com apoio do CONDEPHAAT e administrações municipais quando se baseiam nas legislações federais.

Segundo S. G. Vieira (2002) o tombamento corresponde à ação jurídica empenhada na preservação do patrimônio, representando a supremacia do interesse público sobre o privado, uma vez que o proprietário de um bem tombado deve mantê-lo em bom estado de conservação. Um bem tombado é oficialmente reconhecido por sua representação cultural, afetiva ou constitui-se em referências urbanas, ambientais e de memória, uma vez que passa a integrar o patrimônio cultural. Isto é, uma edificação particular que é tombada não é recolhida para o estado, continua sendo posse do proprietário, podendo alugar ou até mesmo vender, desde que as características e o estado de preservação sejam mantidos.

A Vila de Santo Amaro do Sul no ano de 1998 teve seu conjunto histórico tombado pelo Iphan, formado por com 14 edificações e a praça central. Segue mapa com a locação das edificações, listagem destas e apresentação.

Figura 22: Mapa de Santo Amaro do Sul com as edificações tombadas demarcadas



Fonte: acervo IPHAN RS

Edificação 01: Sobrado Amaro Pereira de Freitas

Figura 23: Sobrado tombado

Fonte: da autora (2020)

Localização: esquina entre a Rua da Liberdade e Rua Bento Gonçalves

Fundação: 1882

Uso: construído para servir como hotel e atualmente xxx

Condição atual: obra de restauração em processo de finalização. Investimento feito

Edificação 02: Igreja matriz de Santo Amaro

Figura 24: Igreja Matriz

Fonte: da autora (2020)

Localização: Rua General Câmara, com fachada voltada para a praça.

Fundação: 1787

Uso: igreja matriz.

Condição atual: conservação total das características arquitetônicas originais, tanto internas quanto externas.

Edificação 03: Conjunto de residências

Figura 25: Conjunto de residências da R. Thomaz Pereira

Fonte: da autora (2020)

Localização: Rua Thomas Pereira, com frente voltada para a praça.

Uso: residencial.

Condição atual: casas habitadas, apresentam o telhado origina e interferências na fachada, como ar condicionado e pintura.

Edificação 04: Casa de cultura Miguel José Pereira

Figura 26: Casa de Cultura de Santo Amaro do Sul

Fonte: da autora (2020)

Localização: esquina entre a Rua Thomaz Pereira com a Rua Marechal Câmara, com frente voltada para a praça.

Uso: inicialmente residencial e atualmente casa de cultura fechada.

Condição atual: casarão em deterioração.

Telhado e fachadas originais.

Edificação 05: Casarão

Figura 27: Casarão voltada para a igreja

Fonte: da autora (2020)

Localização: esquina entre a Rua Thomaz Pereira com a Rua Marechal Câmara, com frente voltada para a igreja.

Uso: residencial e atualmente sem moradores.

Condição atual: casarão em bom estado de conservação. Telhado e fachadas originais.

Edificação 06: Anexo do CAT

Figura 28: Anexo do Centro de Atendimento ao Turista

Fonte: da autora (2020)

Localização: Esquina entre a Rua da Liberdade e Rua Thomaz Pereira, com frente voltada para a praça.

Uso: inicialmente residencial e atualmente anexo do CAT.

Condição atual: casarão em bom estado de conservação. Telhado e fachadas originais.

Edificação 07: Centro de Atendimento ao Turista (CAT)

Figura 29: Centro de Atendimento ao Turista

Fonte: da autora (2020)

Localização: Rua da Liberdade, com frente voltada para a praça.

Uso: inicialmente residencial e atualmente serve Centro de Atendimento ao Turista e museu.

Condição atual: casarão em bom estado de conservação.

Fachada original, planta e telhado alterados.

Edificação 08: Mercado de Santo Amaro

Figura 30: Mercado de Santo Amaro do Sul

Fonte: da autora (2020)

Localização: Esquina entre a Rua da Liberdade e Rua Ernesto Alves, com frente voltada para a praça.

Uso: inicialmente residencial e atualmente mercado.

Condição atual: conservada.

Telhado e fachadas alteradas.

Edificação 09: Casarão

Figura 31: Casarão na Rua Ernesto Alves

Fonte: da autora (2020)

Localização: Rua Ernesto Alves, com frente voltada para a praça.

Uso: inicialmente residencial e atualmente abandonada.

Condição atual: estado avançado de deterioração.

Sem telhado e fachada sob apoios.

Edificação 10: Casarão

Figura 32: Casarão de José G. de V. Jardim

Fonte: da autora (2020)

Localização: Rua Demétrio Ribeiro, com frente voltada para a praça.

Uso: inicialmente residencial de José G. de V. Jardim, herói farroupilha e atualmente à venda.

Condição atual: estado avançado de deterioração.

Edificação 11: Primitivo solar

Figura 33: Primitivo solar

Fonte: da autora (2020)

Localização: Esquina entre a Rua Marechal Câmara e Rua Venâncio Aires, com visual para o rio Jacuí.

Uso: inicialmente primitivo solar e atualmente residência.

Condição atual: casarão em bom estado de conservação. Telhado e fachadas originais.

Edificação 12: Estação férrea

Figura 34: Estação férrea

Fonte: da autora (2020)

Localização: Rua Venâncio Aires, com visual para o rio Jacuí.

Uso: inicialmente estação férrea e atualmente fechada.

Condição atual: conservada, mas com ausência de manutenção.

Fachadas originais.

Edificação 13: Casarão

Figura 35: Casarão Rua Venâncio Aires

Fonte: da autora (2020)

Localização: Esquina entre a Rua Venâncio Aires e a Rua Vinte de Setembro, com visual para o rio Jacuí

Uso: inicialmente residencial e atualmente sem moradores.

Condição atual: apresenta todas as características originais conservadas. Só a

Edificação 14: Casarão

Figura 36: Casarão Rua Vinte de Setembro

Fonte: https://sanctuaria.art/2015/11/20/matriz-de-santo-amaro-do-sul-general-camara-rs/

Localização: Rua Vinte de Setembro, com visual para o rio Jacuí

Uso: residencial

Condição atual: casarão em bom estado de conservação. Telhado e fachadas originais.

Praça

Figura 37: Praça central de Santo Amaro do Sul

Fonte: da autora (2020)

Localização: em frente à Igreja Matriz, no coração da Vila.

Condição atual: foram anexados nos últimos anos playground, quadra de esportes e estatuetas em referência à colonização.

2.3.1 Vila cinematográfica

A Vila de Santo Amaro do Sul serviu de cenário para o filme brasileiro Um Certo Capitão Rodrigo, parte do romance O Tempo e o Vento, de Érico Veríssimo, escritor gaúcho. A Vila foi escolhida como plano de fundo para as gravações em 1971 por razão de seu conjunto histórico preservado. O filme foi gravado também em outras localidades como General Câmara, Triunfo e Santa Maria. Este filme gerou para a Vila um registro histórico documentado. Segue algumas imagens captadas do filme:

Figura 38: Imagens do filme Um Certo Capitão Rodrigo

Fonte: filmagens Um Certo Capitão Rodrigo

2.4 Justificativa do tema

A Vila de Santo Amaro do Sul apresenta um conjunto histórico arquitetônico de grande valor, que passou por análise junto ao IPHAN e, em 1970, 14 edificações (casarões e igreja) e a praça foram tombados. Com isto, a Vila passou a ser patrimônio histórico da nação e congelou no tempo. Segundo CHOAY (2006)

> Lugares como Florença sofrem com o grande número de turistas que visitam a capital diariamente. Cidades inteiras são paradas no tempo, sem novas edificações, infraestruturas e qualidade urbana. O progresso e a possível melhoria na qualidade de vida da população fica a mercê do patrimônio. O mesmo que gera altos custos de manutenção e que nega a liberdade do proprietário sobre seu bem.

A Vila de Santo Amaro do Sul sofre com consequências similares a Florença, mesmo que a escala e o nível de relevância histórico sejam inferiores. Santo Amaro é uma cidade parada no tempo, as edificações tombadas são protegidas pelo IPHAN e com isto, os proprietários destas são proibidos de desmanchar a edificação que há em seu terreno e as casas devem ter suas características originais preservadas. O proprietário tem o poder sobre a sua posse reduzido e governo não presta o auxílio mínimo necessário. Isto é, o morador não compreende o valor cultural da sua residência no contexto regional, eles não dominam e não possuem os métodos de preservação das construções e a população desconhece a existência destes patrimônios.

A administração de General Câmara desenvolveu uma rota turística na Vila de Santo Amaro, o Caminho dos Açorianos (anexo 02). Ela demarca as edificações tombadas pelo IPHAN, mas não houve sucesso na implantação. Na Vila não há atrativos turísticos suficientes para atrair o público. Os pontos demarcados no mapa podem ser visitados em menos de meia hora, pois a única edificação que está preservada e pode ser visitada internamente é a igreja e não há outros atrativos na Vila. Com isto, Santo Amaro do Sul necessita de novo olhar para que o turismo seja repensado, desenvolvido e acarrete em benefícios econômicos para os moradores. Um conjunto histórico que precisa ser visitado e preservado para que as futuras gerações possam visualizar e compreender o passado.

3. ÁREA DE INTERVENÇÃO

3.1 Apresentação da área de intervenção

A área da intervenção urbana definida abrange a temática do Trabalho de Conclusão de Curso aqui apresentado. Visto que conforma um projeto de Requalificação Urbana, com os potenciais e problemáticas do perímetro histórico da Vila de Santo Amaro do Sul, locado na cidade de General Câmara – RS. Entretanto, como se trata de uma intervenção urbana, optou-se por analisar o projeto em diferentes escalas pela interferência que gera no âmbito regional.

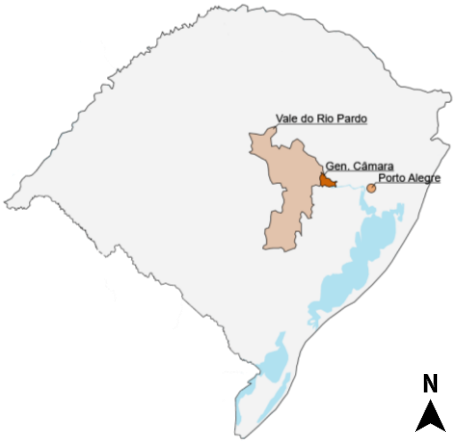
3.1.1 General Câmara

Figura 39: Rio Grande do Sul

Mapa com a localização do Rio Grande do Sul no Brasil

Figura 40: General Câmara

Mapa com a localização de General Câmara no Rio Grande do Sul



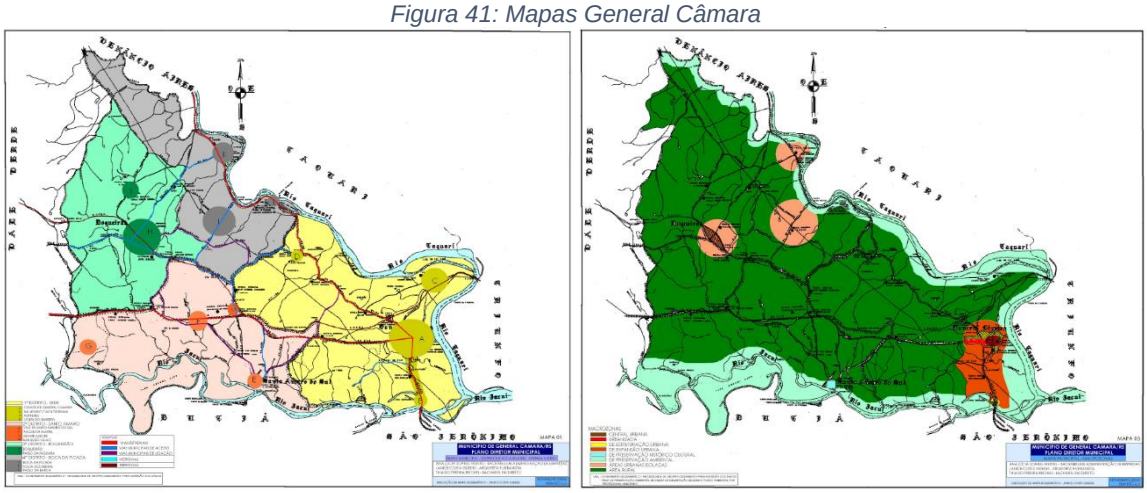
Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).

A cidade de General Câmara localiza-se no Vale do Rio Pardo à 80km de distância da capital do estado, Porto Alegre. O território é delimitado pelo Rio Jacuí, Rio Taquari e os municípios de divisa são Venâncio Aires, Vale Verde, Taquari, São Jerônimo e Triunfo. O município possui dimensão territorial de 494,20km² e uma população de 8.737 habitantes, conforme consta no Plano Diretor. General Câmara tem sua administração pública dividida em quatro distritos, Sede, Santo Amaro, Boqueirão e Boca da Picada (fig.41). E as conexões principais são feitas pelas rodovias estaduais RS-244 e RS- 130.

Na segunda parte da figura 41, apresenta-se uma macrozona na qual a mancha de predominância, verde escuro, representa a área rural do município, a

verde nas bordas, preservação ambiental, em vermelho a área urbana e os círculos são as áreas urbanas isoladas. Há na parte inferior do mapa a demarcação do centro de Santo Amaro do Sul, área definida como de preservação histórico cultural.

Figura 41: Mapas General Câmara



Fonte: Plano diretor de General Câmara

3.1.2 Vila de Santo Amaro do Sul

Figura 42: Santo Amaro do Sul

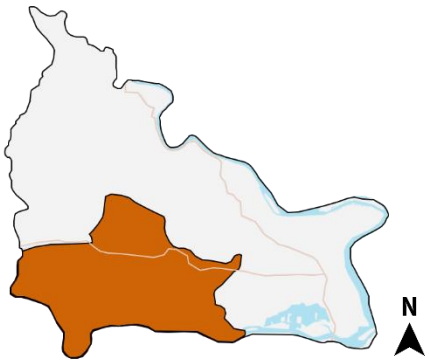


Figura 43: Centro histórico

Fonte: Snazzy Maps, adaptado pela autora (2020).

A Vila de Santo Amaro do Sul é um dos quatro distritos do município de General Câmara. A população desta área é de 520 pessoas na área urbana e 583 na área rural. Sendo a fonte de renda desta população baseada na agropecuária e agricultura. O centro do distrito de Santo Amaro do Sul corresponde ao centro histórico do município, este protegido por normativas municipais e do IPHAN.

3.2 Condicionantes legais

3.2.1 Plano diretor de General Câmara

O plano diretor da cidade de General Câmara (2007) foi elaborado através de um convênio entre a Secretaria Municipal de Planejamento e a Equipe de Elaboração do Plano Diretor Municipal da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Este tem como objetivo repensar o município e dar diretrizes de desenvolvimento ao município.

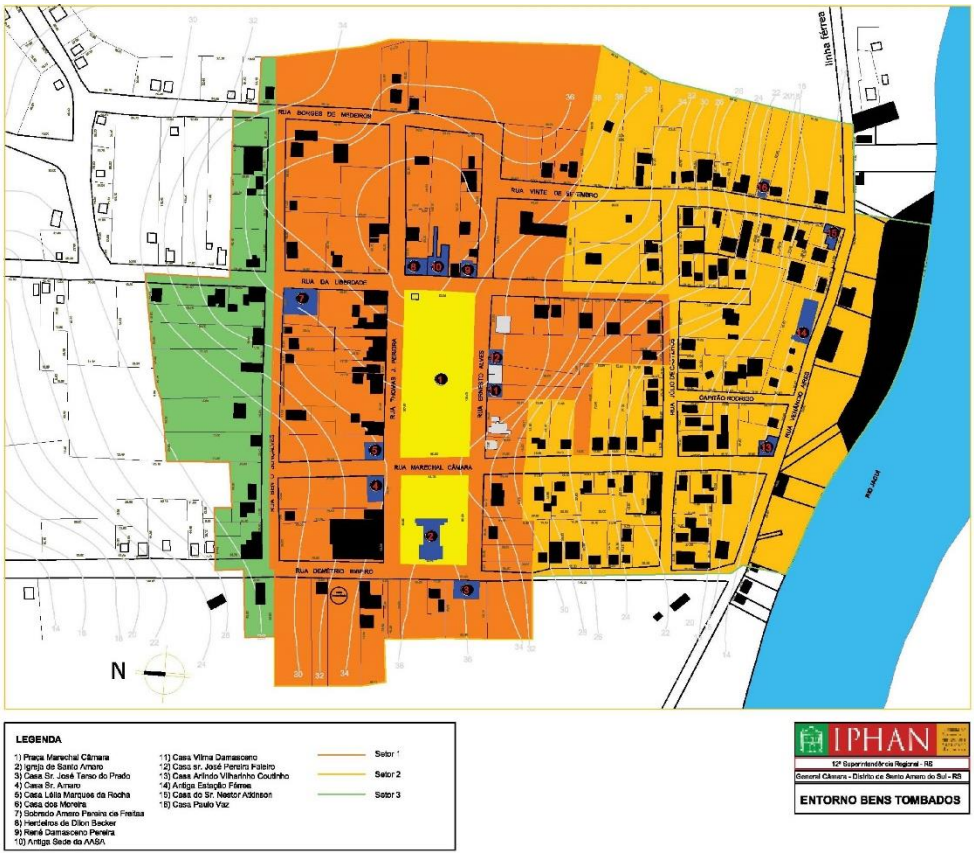
O Plano Diretor apresenta um breve contexto histórico do município, dados atuais e projeções futuras. Para o Distrito de Santo Amaro do Sul, as projeções são:

> - Calçamento, em pedra, do acesso a Vila de Santo Amaro do Sul;
> - Calçamento das vias urbanas, por ordem de importância econômica/ social;
> - Preservação das edificações tombadas pelo patrimônio histórico – IPHAN;
> - Revitalização da Praça Central e seu entorno;
> - Execução de banheiros públicos;
> - Proporcionar acesso às edificações públicas a todos, inclusive portadores de necessidades especiais,
> - Com mesmo grau de importância da entrada principal;
> - Executar pedestal sob telefones públicos, para identificação dos mesmos por portadores de necessidades visuais;
> - Aplicar nas calçadas, ao longo do meio fio, fita anti derrapante, para facilitar o transito de portadores de necessidades visuais;
> - Rampear os extremos das calçadas, a fim de proporcionar o acesso ao portador de necessidades especiais;
> - Ampliar, estruturar e regularizar ambientalmente os cemitérios;
>
> Art. 181 - O desenvolvimento das atividades turística no Município de General Câmara/RS visa ampliar as oportunidades de emprego e geração de renda preservando o patrimônio natural e construído do município.

3.2.2 Normativas de acordo com diretrizes do IPHAN

A Vila de Santo Amaro do Sul possui normativas especiais para preservação do patrimônio histórico cultural que possui. Com isto, o seguinte texto foi retirado do *Diretrizes para intervenções no entorno dos bens tombados pelo IPHAN na Vila de Santo Amaro – Município de General Câmara*. Redigido pelo instituto nacional responsável pela preservação dos bens históricos e artísticos nacionais – IPHAN.

Figura 44: planta baixa IPHAN



A área de entorno do Conjunto Arquitetônico da Vila de Santo Amaro é dividida em três diferentes setores, segundo as características tipológicas identificadas, a topografia e os critérios de intervenção propostos. A área de entorno se estende até os fundos dos lotes voltadas para as vias que delimitam o perímetro. Os setores estão assinalados na planta (fig.44) e são definidos da seguinte forma:

> Setor 01 é a área que concentra a maior parte do acervo arquitetônico a ser preservado. Setor 02 compreende desde os limites dos fundos dos lotes da Rua Ernesto Alves, definidos no Setor 01, até as margens do Rio Jacuí. Já o setor 03 é a área que corresponde à Rua Bento Gonçalves, entre as Ruas Demétrio Ribeiro e a Rua Borges de Medeiros, tendo como limite a linha

que define o setor 01 e os fundos dos lotes fronteiros ao logradouro, lado Norte.
Terrenos onde há edificações tombadas:
- Não poderão ser parcelados, devendo ser cumpridas integralmente as seguintes normas:
- Uma área livre mínima igual a 1,5 a projeção da edificação;
- Não poderão ser criadas servidões de passagem para do acesso a outros lotes objeto de desmembramento;
- No caso de lotes com frentes para duas ruas paralelas entre si, será permitida a ocupação da testada ainda não ocupada ou a ser renovada.
Para os terrenos onde não se situam edificações tombadas, as normas são as seguintes:
- Ter área mínima de 360m².
- Admitidos desmembramentos, desde que cumpridas a exigência de que os lotes resultantes tenham testada de, no mínimo, 12m.
- Não poderão ser criadas servidões de passagem para acesso aos lotes objeto de desmembramento.
Para todos os setores:
- Serão proibidas placas de propaganda com área superior a 3m². As placas colocadas sobre as fachadas de qualquer prédio, deverão ser horizontais, sobre as platibandas ou logo abaixo das cimalhas e não abranger mais que 30% da extensão das fachadas e ter altura máxima de 1m.
- Em todo perímetro da Vila de Santo Amaro não será permitida a colocação de outdoors ou outro qualquer tipo de instalação de propaganda permanente, que interfira na visual aos bens tombados.
- As novas edificações deverão ter cobertura de telhas cerâmicas, tipo francesa ou capa e canal.
- Quando houver sacadas, estas deverão estar no máximo 1,5m sobre o recuo do alinhamento.
Critérios de intervenção:
SETOR 01:

Altura	01 pavimentos ou 6m, pelo nível médio da testada do terreno. Poderá ser construído um pavimento de subsolo nos fundos.
Taxa de ocupação	40% da área do terreno
Índice de aproveitamento	0,5 vezes a área do terreno
Recuos	Frontal 4m, lateral 2m (se há aberturas), fundos 6m.

- Em lotes com edificações tombadas, a área da nova edificação deverá ser somada à existente, para atender às exigências acima definidas para Altura e Índice de Aproveitamento. Nesses casos, a Taxa de Ocupação poderá ser de até 50%;

- Em qualquer caso, não serão admitidas construções de edificações contínuas, ao longo das testadas ou ao longo da profundidade do lote, com extensão superior a 25m. Quando necessário, as extensões superiores deverão ser interrompidas por superfície livre de edificação de qualquer natureza, com afastamento mínimo de 3m, em lotes comuns e de 6m, em lotes com edificação tombada.
- Este setor está destinado a moradias, comércios e serviços em geral.
- A praça não poderá receber elementos edificados devendo preservar a vegetação de grande porte existente. A cancha de futebol poderá ser removida.
- Os projetos de intervenção na praça deverão ter como objetivo recuperar a feição original da mesma, de amplo e único largo, típico dos traçados urbanos do século XVIII.
SETOR 02:

Altura	02 pavimentos ou 8,50m, pelo nível médio da testada do terreno. Poderá ser construído um pavimento de subsolo nos fundos.
Taxa de ocupação	40% da área do terreno
Índice de aproveitamento	1,20 vezes a área do terreno
Recuos	Frontal 4m, lateral 2m (se há aberturas), Fundos 6m.

Nos lotes sem edificações tombadas
- Se a nova edificação estiver na vizinhança imediata de um prédio tombado, sua altura total deverá ficar, pelo menos 1m abaixo da altura do bem tombado, que servirá como referência.
- Não serão admitidas construções com edificações contínuas, ao longo das testadas ou ao longo da profundidade do lote, com extensão superior a 25m. Quando necessário, extensões superiores deverão ser interrompidas por superfície livre de edificação de qualquer natureza, com afastamento mínimo de 3m, quando se tratar de lote comum e de 6m, quando se tratar de lote com edificação tombada.
- Nos terrenos localizados na orla do rio Jacuí, não poderão ser edificadas construções com mais de um pavimento, ou 6m de Altura máxima, Taxa de Ocupação máxima de 30% e índice de Aproveitamento máximo de 0,4. Nestes terrenos não serão permitidos pavimentos abaixo do nível da testada principal.
- Nos lotes com edificações tombadas, valerão os critérios estabelecidos para o Setor 01.
- A ocupação dessa área é mista, com comércio e residências.
SETOR 03:

Altura	02 pavimentos ou 8,50m, pelo nível médio da testada do terreno. Poderá ser construído um pavimento de subsolo nos fundos.
Taxa de ocupação	40% da área do terreno
Índice de aproveitamento	0,80 vezes a área do terreno
Recuos	Frontal 4m, lateral 2m (se há aberturas), Fundos 6m.

- Não serão admitidas edificações contínuas ao longo das testadas ou ao longo da profundidade do lote, com extensão superior, estas deverão ser interrompidas por superfície livre de edificação de qualquer natureza, com afastamento mínimo de 6m.
- No caso de lotes com frentes para duas ruas paralelas entre si ou com grande testada para uma única rua, será permitida, neste setor, a ocupação da testada livre de edificações ou a ser renovada sem, no entanto, ser objeto de parcelamento, podendo ser utilizada a figura do condomínio. Nestes casos, deverão ser cumpridas ainda as seguintes exigências: 1 – os imóveis construídos devem ter frente para via pública existente, com testada mínima de 12m.
- Nesta área a ocupação é residencial.

3.2.3 Legislação ambiental

No Brasil, o primeiro Código Florestal foi instituído no ano de 1934, durante o Estado Novo. O documento rege a proteção e regularização do uso das florestas. Antes desta, não havia legislação sobre o tema e os proprietários rurais eram autônomos e com poder ilimitado. Após, o Código de 1934, o tema passou por evolução. Em 1981 foi criada a lei de Política Nacional do Meio Ambiente (nº 6.938/1981) com leis, decretos e resolução voltadas a conservação e manutenção dos recursos naturais.

A política Nacional de Meio Ambiente, de 1981, constituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNNAMA) o qual é estruturado em um Órgão Superior – conselho nacional e órgão de executores, locais, entre outros. Cada cidade e estado podem ter suas próprias leis, mas estas não são superiores as leis nacionais.

3.2.4 Código Florestal Brasileiro

O Código Florestal Brasileiro é uma lei nacional a qual dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e demais ações para preservação ambiental. Desta, retira-se os seguintes pontos:

> Art. 1ºA - I - Afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras;
> Art. 2º - As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelece.
> Art. 3º - II – Área de Preservação Permanente (APP): área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
> Art. 4º - Considera-se Área e Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para efeitos desta lei:
> I – As faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitententes, excluídos os efêmeros, desde a borda de calha do leito regular mínimo de:
> a) 30 metros, para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura;
> b) 50 metros, para cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura;
> c) 100 metros, para cursos d'água que tenham de 50 a 200 metros de largura;
> d) 200 metros, para cursos d'água que tenham de 200 a 600 metros de largura;
> e) 500 metros, para cursos d'água que tenham de 200 a 600 metros de largura.
> III – As áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d´água naturais, na faixa definida na licença ambiental do empreendimento.
> Art. 7º - A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

3.2.5 Código Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul

O Código Estadual do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul, lei nº15.434/2020 segue as leis do Código Florestal Brasileiro e estabelece normativas próprias para o território gaúcho. Desta, retira-se os seguintes pontos:

> Art. 1º Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos municípios, à coletividade e aos cidadãos o dever de defendê-lo, preservá-lo e conservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais, de acordo com o presente Código.
> Art. 2º - VI - Áreas de Preservação Permanente - APP: áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;
> VII - áreas de remanescente de vegetação nativa: áreas cobertas por vegetação nativa dos tipos florestal, campestre, ou qualquer outra fisionomia vegetal, sem ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008;
> VIII - áreas de uso especial: áreas com atributos especiais de valor ambiental e cultural, protegidas por instrumentos legais ou não, nas quais o Estado poderá estabelecer normas específicas de utilização, para garantir a sua conservação;

Quanto ao município de General Câmara observa-se que não possui normativas em relação a proteção ambiental. Há apenas a lei nº 1.223/2005 que Autoriza o poder executivo municipal de declarar a Área de Conservação Permanente a Lagoa de Amarópolis e dá outras providências.

> Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a declarar ÁREA DE CONSERVAÇÃO PERMANENTE, de conformidade com o código Florestal - Lei Federal nº 4771, de 15/09/65, combinada com a Lei Federal nº 7803/89, a área denominada "PK de Amarópolis", situada no 2º Distrito de Santo Amaro do Sul, com área de 48,34 ha.
> Art. 2º - Fica proibida a extração de areia na área descrita no "caput" do artigo 1º desta Lei, com exceção das licenças concedidas, ainda em vigência, as quais findo o prazo, não serão renovadas.
> Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

4. PROGRAMA E ESCALAS DE ANÁLISE E INTERVENÇÃO

4.1 Organização do programa

O programa foi organizado em três escalas de projeto. A macroescala – compreendendo a Vila de Santo Amaro do Sul, a Mesoescala – Centro histórico e a Orla do Rio Jacuí e a microescala – edificações pontuais.

4.2 Análise Macroescala

A macroescala foi definida na área central da Vila de Santo Amaro do Sul, local onde há a concentração urbana da Vila. Por meio desta escala, é possível fazer diagnósticos sobre as demandas da área como um todo, analisar as conexões e potencialidades. Com base nisso foi desenvolvido um estudo sobre a região, com levantamentos in loco, os quais possibilitaram as seguintes análises.

FUNDO FIGURA

Fonte: da autora (2020)

O trecho em questão, corresponde a área central da Vila de Santo Amaro do Sul, região na qual observa-se, neste mapa fundo-figura, uma maior densidade de moradias e serviços. O restante da área é composto por propriedades rurais e densa área verde. Ao analisar o mapa, consegue-se visualizar que as ruas apresentam em sua maioria linhas ortogonais, com exceção das que acompanham a margem do Rio Jacuí. As ruas formaram quadras com tamanhos irregulares, de profundidades e larguras diferentes, sendo que, há miolos de

quadra vazios, de área verde, pois a profundidade é superior a um tamanho regular de lote.

Em relação as edificações, a Vila apresenta uma densidade de edificações na área junto ao Rio Jacuí, local onde se iniciou a cidade de General Câmara e que atualmente é o centro de Santo Amaro do Sul. Percebe-se que há uma distribuição das edificações de forma irregular. Há terrenos que geram edificações estreitas e longas, coladas lado a lado, gerando um conjunto de edificações. Por outro lado, há quadras com edificações mais quadradas e espalhadas no terreno. No restante do perímetro que compõem a Vila há predominância de propriedades agrícolas espraiadas e grande massa verde.

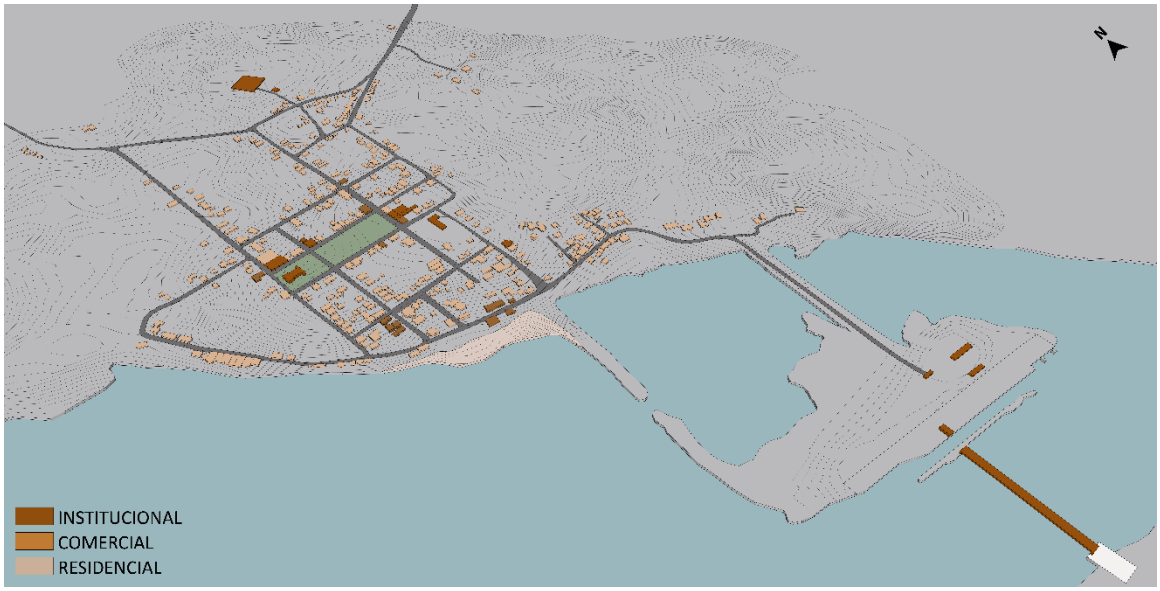
USO DO SOLO

A Vila de Santo Amaro, como citado anteriormente, iniciou-se a partir das margens do Rio Jacuí. Após, com a execução do projeto urbano proposto, a Vila se projetou para Norte, na área mais alta da localidade. Esta se tornou o centro do Vilarejo, em virtude da presença da igreja de Santo Amaro e praça central.

Fonte: da autora (2020)

Percebe-se que os lotes ocupados acompanham o desenvolvimento da Vila das margens para o centro da cidade, e que há continuidade desta ocupação para o Norte até a estrada geral de acesso à Vila. Outro sentido de desenvolvimento se dá ao longo do Rio Jacuí, com residência de veraneio.

USO DAS EDIFICAÇÕES



Fonte: da autora (2020)

A Vila de Santo Amaro do Sul atualmente apresenta predominância de edificações residenciais, sendo estas em sua maioria de apenas um pavimento. Há na Vila a presença de alguns equipamentos institucionais e comerciais, sendo grande parte destes locados no entorno da praça central. Os equipamentos institucionais são: escola, museu (junto ao CAT) e a barragem eclusa. Já as edificações comerciais são os três mercados da Vila, dois restaurantes e pousada.

RUAS

Fonte: da autora (2020)

A Vila de Santo Amaro apresenta dois acessos que conectam a localidade com a RS 244. Estes possuem distância, aproximada, de 05 km de distância e a

estrada é de chão batido. Tal situação dificulta o acesso, tanto de moradores quanto de turistas.

Ao chegar no centro da Vila, há um pequeno trecho asfaltado. Ao final do asfalto, há o calçamento em pedra que direciona para a praça central do Vilarejo. No entorno desta há a continuidade do calçamento, que faz o encaminhamento para uma rua lateral que faz conexão com a parte baixa da Vila, as margens do Rio Jacuí. No restante das ruas não apresenta de asfalto ou calçamento, as demais são em chão batido.

EDIFICAÇÕES TOMBADAS

A Vila de Santo Amaro do Sul foi um dos primeiros povoados a serem colonizados no que hoje compreendemos como território do estado do Rio Grande do Sul. Possui arquitetura portuguesa, resquícios da colonização Açoriana, e a quarta igreja mais antiga do estado. As edificações do período colonial são figuras presentes nas paisagens atuais da Vila.

Fonte: da autora (2020)

Com base no estado de conservação e no histórico que possui, em 1998 a Vila foi catalogada pelo IPHAN e 14 edificações foram tombadas. No mapa superior há a demarcação destas e de sua localização. Observa-se que há duas concentrações de edificações tombadas. A primeira na parte baixa da Vila, nas margens do rio Jacuí e a segunda, na parte alta da Vila, junto à praça central.

ZONEAMENTO IPHAN

Fonte: da autora (2020)

O diagrama superior foi realizado com base em um mapa feito pelo IPHAN. Este representa as *Diretrizes para intervenções no entorno dos bens tombados pelo IPHAN na Vila de Santo Amaro*. De acordo com este mapa, a Vila é dividida em 03 setores, cada qual com suas normativas para intervenções na área. Essas normativas serão apresentadas no capitulo de Condicionantes legais deste trabalho.

PONTOS

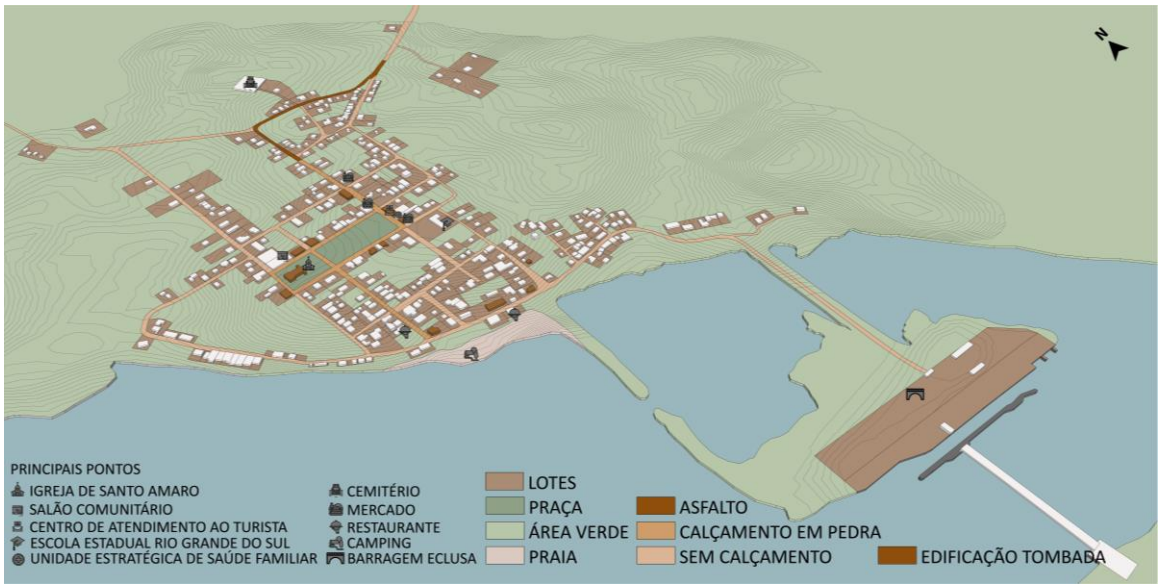
Fonte: da autora (2020)

Os pontos demarcados no diagrama superior representam o somatório de edificações que possuem uso não residencial na Vila de Santo Amaro. Conforme

analisado no diagrama de Usos das Edificações, há uma fragilidade na questão de infraestrutura básica para moradores e visitantes na Vila.

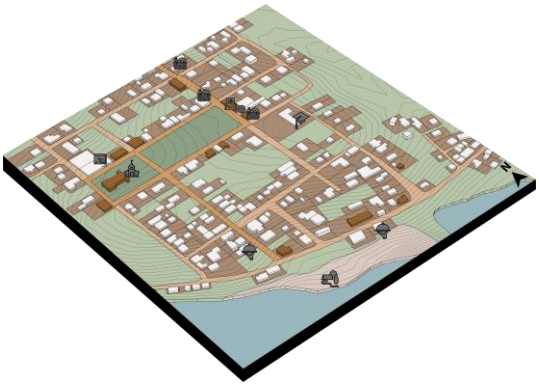
Dentre os pontos, a igreja de Santo Amaro e a área de *Camping* são hoje os elementos de atração turística para a Vila. E para atender os visitantes, há apenas dois restaurantes e uma pousada. Quando há o evento anual de Santo Amaro, são montadas tendas junto à praça central e os banheiros do Salão Comunitário atendem o público, mas no restante do ano não há amparo para o público externo.

SÍNTESE



Fonte: da autora (2020)

O diagrama superior é uma síntese e/ou somatório das características elencadas da Vila de Santo Amaro do Sul. Neste, fica mais visível que há uma concentração de elementos, mesmo que estes sejam escassos, junto a margem do Rio Jacuí e no entorno da Praça Central.



Fonte: da autora (2020)

Ao analisar a Vila, percebe-se que esta não é autossuficiente para os moradores locais. Estes não possuem toda a infraestrutura necessária. Não há escola de ensino médio e superior, não há comércio de equipamento, vestiário, hospital, entre outros. Os moradores são dependentes do centro da cidade, que fica a uma distância aproximada 20km de distância. Tal fator tem gerado nos últimos anos um êxodo para o centro da cidade e ao passar dos anos a Vila vai ficando mais vazia e esquecida.

4.2.1 FOFA

Com base nos levantamentos e análise da macroescala organizou-se uma matriz FOFA. Está é dividida em quatro categorias: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

FORÇA

- Centro urbano tombado, com 14 edificações tombadas pelo IPHAN
- Contato com o Rio Jacuí
- Visuais da paisagem natural

OPORTUNIDADE

- Interesse da administração pública
- Edificações históricas com potencial para novos usos
- Potencial turístico
- Conexão com a região

FRAQUEZA

- Falta de infraestrutura
- Falta de engajamento da comunidade
- Precário acesso e sinalização
- Vulnerabilidade social

AMEAÇA

- Gentrificação
- Falta de recursos
- Manutenção da infraestrutura
- Resistência da população ao turismo

4.2.2 Proposta Macroescala

ROTAS

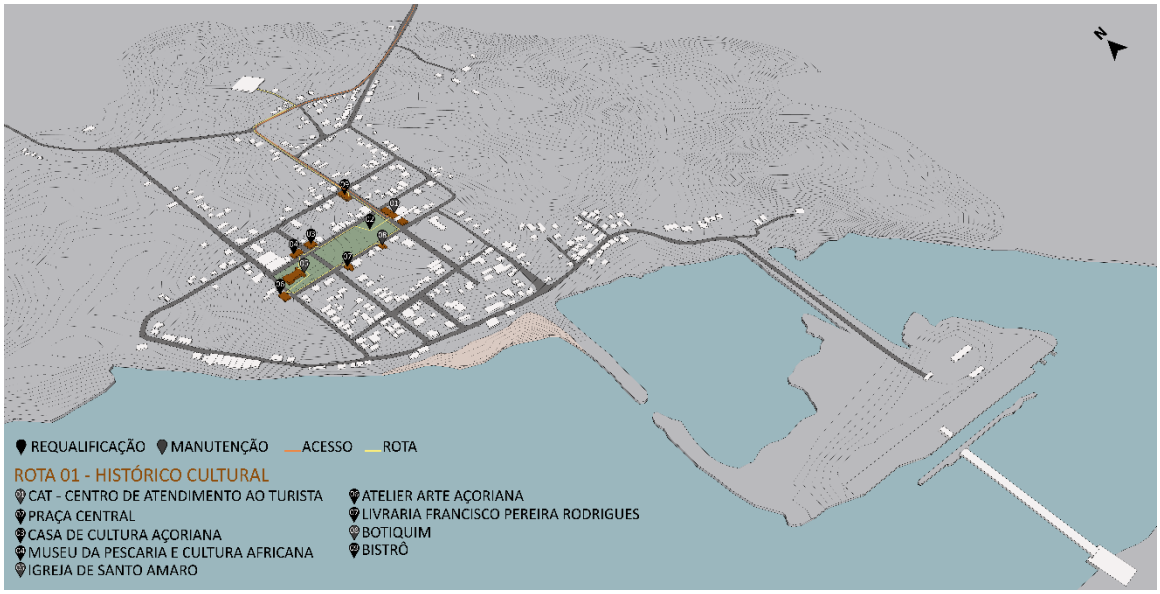
Fonte: da autora (2020)

Para o desenvolvimento turístico e econômico da Vila de Santo Amaro propõem-se a criação de 02 rota turísticas. Estas rotas foram desenvolvidas de acordo com análise da procura turística que há atualmente na Vila. Observou-se, durante visita em campo, que há como ponto principal de visitação a Igreja do padroeiro, os acampamentos junto ao Rio Jacuí. Entretanto, verificou-se que as edificações de relevância histórica não são fatores importantes, atualmente, na captação de turistas. Porém, este tipo de edificação, em diversos locais pelo Brasil. e até mesmo pelo mundo, são os principais atrativos turísticos.

Sendo assim, será proposto para a Vila a criação de duas rotas turísticas. A primeira voltada para o setor histórico cultural da localidade, junto à praça central, e a segunda destinada ao lazer, na margem do Rio Jacuí. Os pontos de visitação serão criados prioritariamente nas edificações tombadas que a Vila possui. Tal medida visa a manutenção e valorização da arquitetura histórica local.

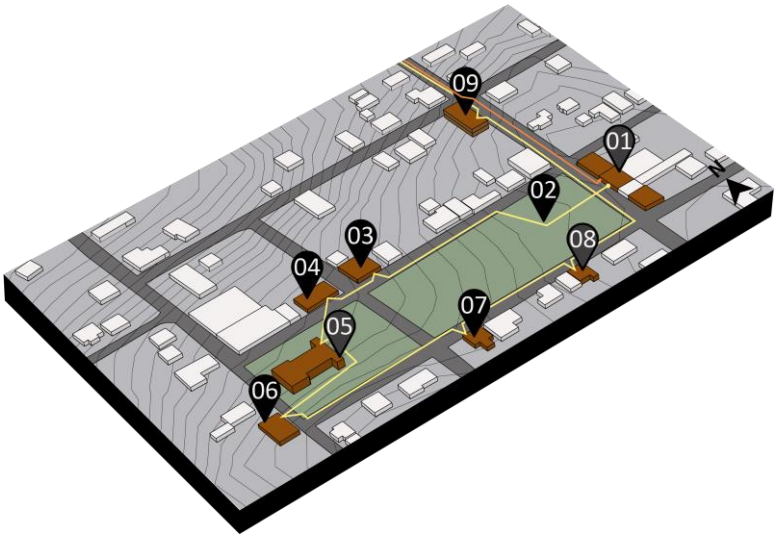
Vale ressaltar que são duas rotas independentes, entretanto, estas podem variar de acordo com o interesse do turista. Eles podem optar por fazer apenas uma ou as duas rotas, ou conhecer uma e apenas direcionar-se a algum ponto da outra, etc.

ROTA 01 – EIXO HISTÓRICO CULTURAL



Fonte: da autora (2020)

A rota 01 – eixo histórico cultural - conta com 09 pontos de visitação. O roteiro inicia-se pelo Centro de Atendimento (CAT) ao turista onde o visitante tem o primeiro contato com a história da localidade. Após, o trajeto passa pela praça central, na qual há grande visualização do todo. Há na sequência a Casa de Cultura Açoriana, com o acervo existente de materiais históricos da Vila (ex: vestuários açorianos, moedas, mapas, etc.). Ao lado encontra-se o Museu da Pescaria e Cultura Africana, local destinado a valorização da Pesca, uma das principais fontes de renda atual dos moradores locais. E homenagem aos povos negros, que fizeram parte da consolidação da Vila, assim como os Açorianos.



Fonte: da autora (2020)

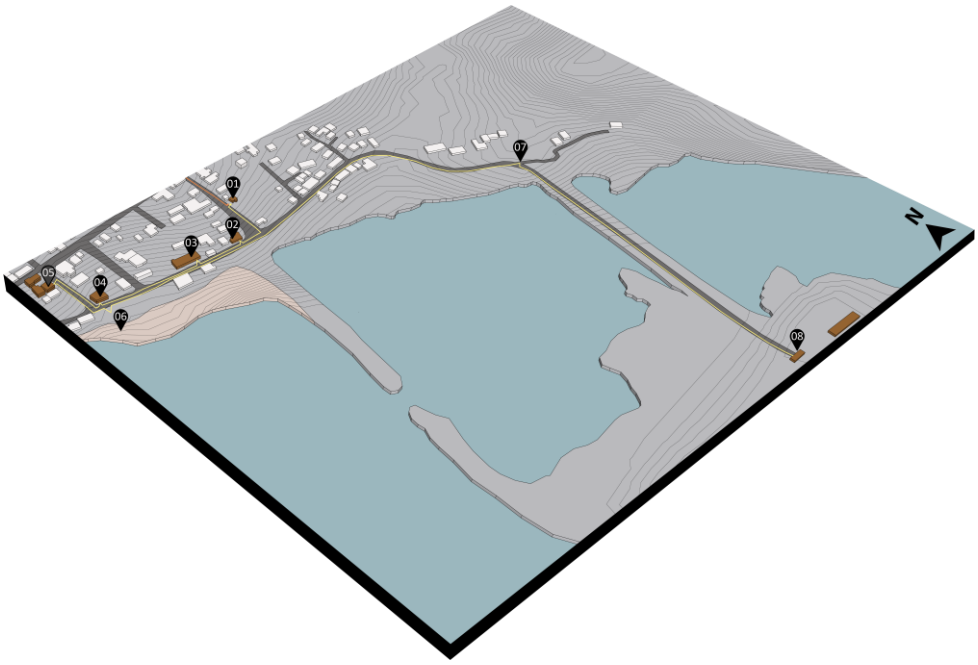
A igreja de Santo Amaro é o seguinte ponto na ordem de visitação, sendo este o ponto de maior atração turística da Vila atualmente. Nos fundos da igreja, será criado o Atelier Arte Açoriana, com oficinas, rodas de conversa e apoio para as moradoras da Vila e loja com venda de artesanatos destas. A rota segue ao redor da praça e chega a Livraria Francisco Pereira Rodrigues, na qual terá todo o acervo de livros do escritor que deu nome ao espaço, um pequeno café e área externa para contemplação. O roteiro é finalizado com degustação de pratos e bebidas típicas locais. Podendo ser feito no Botequim e/ou no Bistrô.

ROTA 02 – LAZER

A rota 02 – lazer - conta com 08 pontos de visitação. O roteiro inicia-se pelo mirante do Rio Jacuí e Vale. Após, descendo a rua, o visitante encontra a Loja, na qual pode compra *souvenirs* e pacotes de atividades. Estes pacotes abrangem atividades junto ao rio - passeio de barco, canoagem, *stand up*, etc. Após, a visitação é feita no Mercado Público, locado na antiga estação férrea da Vila. Os próximos pontos são o *Hostel* e restaurantes locais.

Fonte: da autora (2020)

Os visitantes, após a visitação dos locais citados anteriormente, podem usufruir da permanência no camping. O sétimo ponto de visitação é o Sítio *Adventure*, espaço destinado a atividades junto a natureza para crianças e familiares, com pequenas trilhas, passeio a cavalo, etc. A rota termina na Praça de Eventos Amarópolis, junto a Barragem Eclusa.



Fonte: da autora (2020)

Os visitantes, após a visitação dos locais citados anteriormente, podem usufruir da permanência no camping. O sétimo ponto de visitação é o Sítio *Adventure*, espaço destinado a atividades junto a natureza para crianças e familiares, com pequenas trilhas, passeio a cavalo, etc. A rota termina na Praça de Eventos Amarópolis, junto a Barragem Eclusa.

SÍNTESE DA PROPOSTA

O diagrama abaixo apresenta a síntese da proposta de intervenção para a Vila de Santo Amaro do Sul. Serão desenvolvidos pontos no âmbito do urbanismo na forma de diretrizes para desenvolvimento do centro histórico e entorno e projetual, como reformulação da praça central e desenvolvimento de uma praça linear. No âmbito arquitetônico, serão feitas intervenções nas edificações tombadas. Estas seguiram as normativas apresentadas no capítulo de Condicionantes legais deste trabalho. E a seguir estão listadas as diretrizes para Santo Amaro do Sul.

Diretrizes Santo Amaro do Sul

- Acesso:

Os dois acessos a Vila serão calçados;

Locação de placas em um raio de 10km na RS 244 com informação de distância e acesso a Vila;

Pórticos junto aos acessos na RS 244;

Incentivo a criação de pontos de venda de produtos coloniais nas propriedades rurais no percurso até a Vila.

- Centro histórico

Toda a áreas do centro histórico passará por remodelação nas infraestruturas. Serão trabalhados pontos como: calçamento, iluminação pública, mobiliário urbano, placas informativas e paisagismo.

- Zona 01 e Zona 02:

A mancha no mapa demarcada como Zona 01 corresponde a área que sofrerá interferência com a criação da Rota 01 - histórico cultural.

A mancha no mapa demarcada como Zona 02 corresponde a área que sofrerá interferência com a criação da Rota 02 - lazer.

- Faixa 01:

Bloqueio da Rua Marechal Câmara no trecho que corta a praça central. Tal será feito para garantir mais segurança dos visitantes que percorrem a praça e deslocam-se para a igreja de Santo Amaro. Bem como os condutores de veículos serão direcionados para contornar o conjunto da praça, abrangendo a rua atrás da igreja, que apresenta fluxo secundário atualmente.

- Faixa 02:

O trecho demarcado como faixa 02, Rua Marechal Câmara, faz a ligação entre a praça central e as margens do Rio Jacuí. Neste percurso, será o local destinado a futuros pontos comerciais, como lojas e bares. Locação realizada com o intuito de destinar um ponto que não seja ao redor da praça central, ponto de maior concentração de comércio e institucional, e ampliar a ligação entre as duas rotas criadas.

- Faixa 03:

Intervenção no trecho da Rua Venâncio Aires entre a Rua Marechal Câmara e Rua Vinte de Setembro com a criação de um Parque Linear. Este parque contará com 04 linhas. As duas centrais destinadas a passagem de veículos e as duas de borda aos pedestres.

A linha destinada aos pedestres, locado ao lado da margem do Rio Jacuí, contará com arborização de grande porte, espaços de contemplação voltadas ao rio e calçamento apropriado.

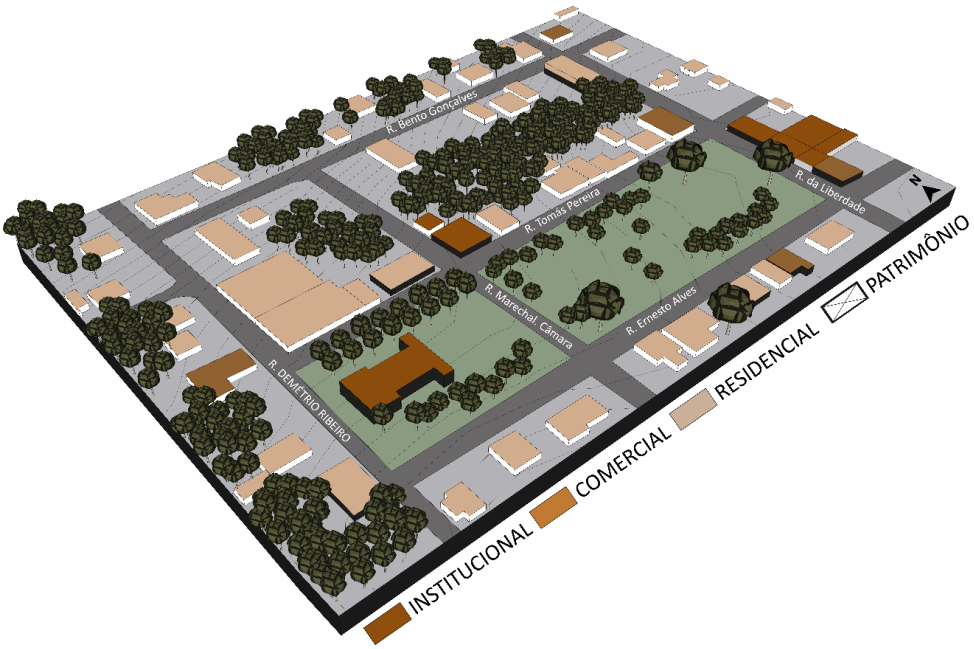
A linha destinada aos pedestres, junto as edificações, contará com arborização de pequeno porte e calçada mais larga.

Fonte: da autora (2020)

4.3 Análise e proposta Mesoescala

A mesoescala é marcada como a escala intermediária de projeto, que neste caso é marcada por duas zonas – Zona 01 e Zona 02. Para estes, foi feita uma análise mais profunda de cada Zona. Além disso, propõe-se intervenções na mesoescala.

Rota 01 – Eixo histórico cultural

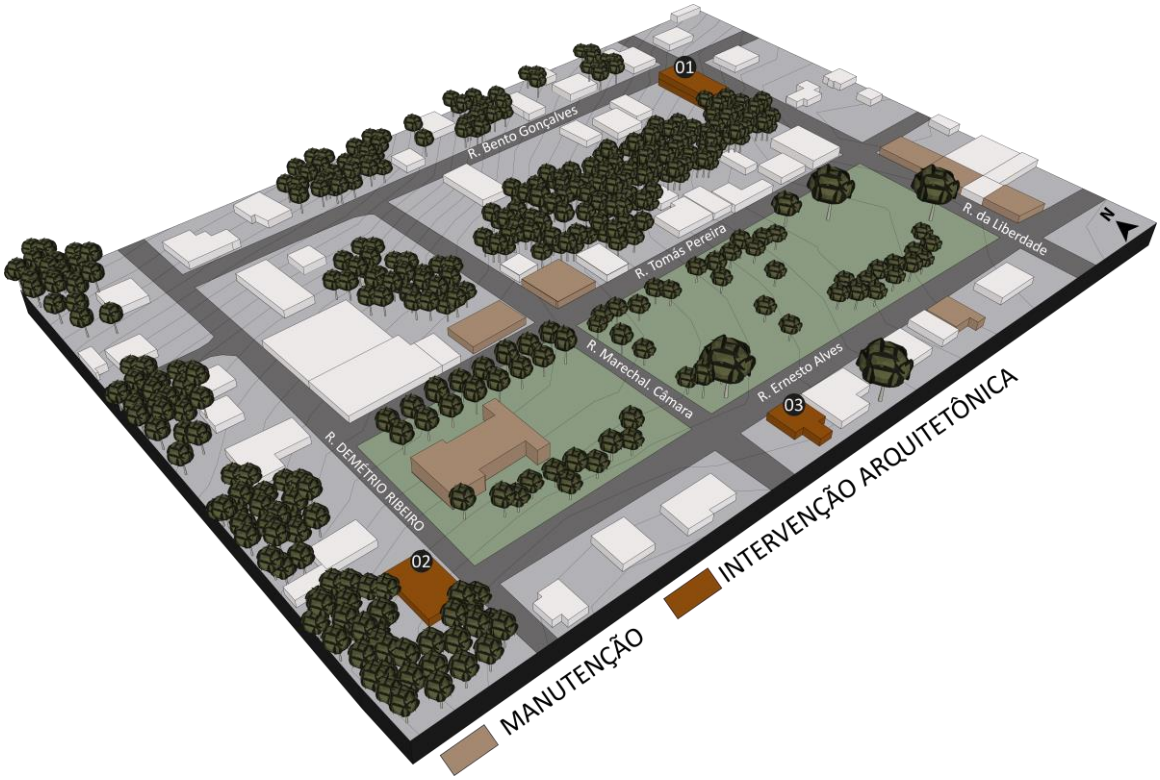


Fonte: da autora (2020)

O diagrama superior é composto pelo levantamento da situação atual encontrada no trecho que compete a Rota 01. Com base neste podemos visualizar a predominância de edificações residenciais, sendo apenas uma com dois pavimentos, as demais são térreas. Entre os outros usos, há três equipamentos público e cinco edificações comerciais, sendo que os volumes com base escura representam as edificações da área que são tombadas pelo IPHAN. Neste diagrama ainda podemos observar a presença de densidade de áreas verdes juntos a alguns lotes e a massa verde na praça central.

No diagrama abaixo estão em destaque as edificações que compõem a Rota 01 e estas estão divididas em dois grupos. O primeiro grupo corresponde as edificações que irão passar por manutenção e pequenos ajustes para poderem

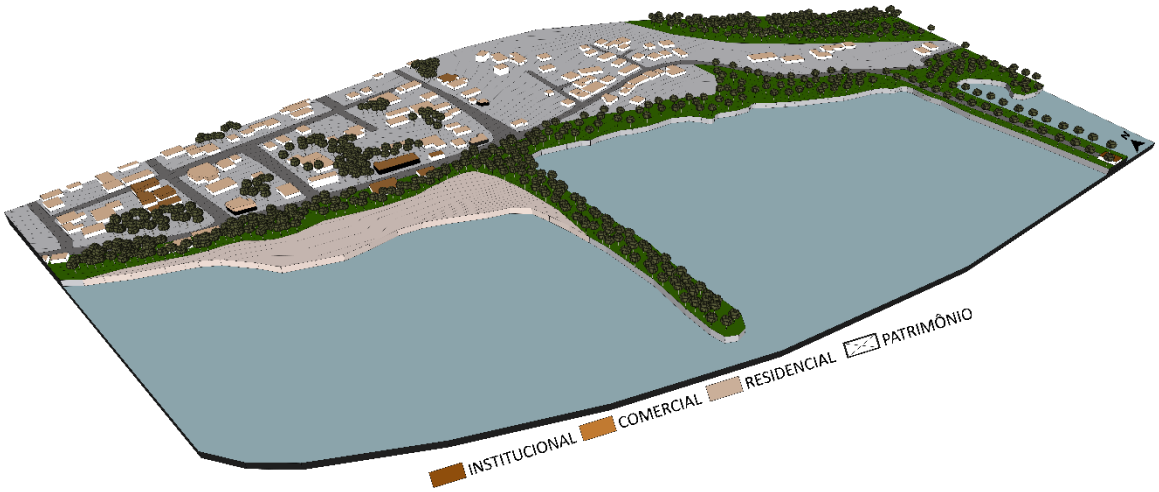
servir ao uso pré-estabelecido. O segundo grupo corresponde as edificações que receberão uma intervenção arquitetônica. Estas intervenções serão realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso II. Elas estão numeradas de acordo com a prioridade para o desenvolvimento. A primeira edificação desta Rota a ser trabalhada será o Bistrô, a segunda o Atelier Arte Açoriana e a terceira a Livraria Francisco Pereira Rodrigues.



Fonte: da autora (2020)

Rota 02 – Eixo lazer

O diagrama abaixo é composto pelo levantamento da situação atual encontrada no trecho que compete a Zona 02 – eixo lazer. Com base neste recorte, pode-se visualizar que há a predominância de edificação de um pavimento e poucas com até dois pavimentos. Os usos nessa região são de predominância residencial, tendo apenas alguns pontos de serviço voltados aos turistas, como pousada e restaurantes. Os volumes com base escura representam as edificações da área que são tombadas pelo IPHAN. Neste diagrama ainda podemos observar a presença de massa verde na margem do rio.



Fonte: da autora (2020)

No diagrama abaixo estão em destaque as edificações que compõem a Rota 02 e estas estão divididas em dois grupos. O primeiro grupo corresponde as edificações que irão passar por manutenção e pequenos ajustes para poderem servir ao uso pré-estabelecido. O segundo grupo corresponde as edificações que receberão uma intervenção arquitetônica. Estas intervenções serão realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso II, assim como as da Rota 01. Estas estão numeradas de acordo com a prioridade para o desenvolvimento. A primeira edificação desta Rota a ser trabalhada será o Mercado Público, a segunda a loja e a terceira o mirante.

Fonte: da autora (2020)

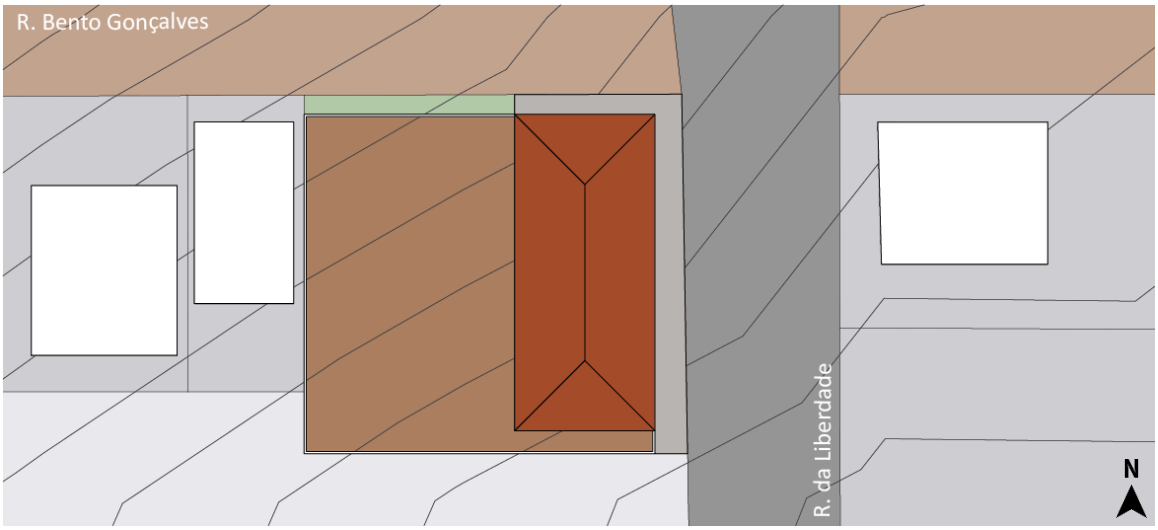
4.4 Microescala

A microescala é composta pelo recorte aproximado de até seis edificações, demarcadas conforme diagrama abaixo, sendo três pertencentes a Rota 01 e três pertencentes a Rota 02. A seguir, serão apresentadas as edificações em ordem de execução de projeto. O projeto arquitetônico será desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso II. Ressalta-se que a etapa projetual irá contemplar como metodologia os passos de levantamento documental, levantamento arquitetônico, levantamento básico de patologias, diretrizes de conservação e projeto arquitetônico de intervenção em nível de anteprojeto e detalhes significativos a cada edificação. Nesse sentido, elencam-se seis edificações como base, contudo apenas no Trabalho de Conclusão Etapa II é que será analisada a condição de realizar as seis intervenções ou manter o mínimo de três estudos de caso.

Fonte: da autora (2020)

EDIFICAÇÃO	ÁREA DA EDIFICAÇÃO	ÁREA DO LOTE
1º Bistrô	710,50m²	1.095m²
2º Mercado público	415,00m²	1.910m²
3º Atelier Arte Açoriana	267,50m²	1.060m²
4º Loja	267,50m²	1.070m²
5º Mirante	65,00 m²	950m²
6º Livraria Francisco. P. R.	177,00m²	490m²

1ª edificação – Bistrô



Fonte: da autora (2020)

A edificação locada entre a Rua da Liberdade e a Rua Bento Gonçalves foi escolhida para abrigar o Bistrô da Vila de Santo Amaro do Sul pela presença da edificação histórica de dois pavimentos recentemente reformada, por estar em uma boa localização, junto ao acesso principal da Vila e por possuir boa porção de terreno livre. Neste há a possibilidade de abrigar diferentes tipos de uso.

O Bistrô não visa apenas o comércio de alimentos, mas sim, a possibilidade de que os turistas e a comunidade como um todo desfrutem da gastronomia tradicional açoriana, buscando que a experiência de visita à Vila seja o mais completa e imersiva possível na cultura local. Para essa edificação histórica, pretende-se que o Bistrô contemple um cardápio que remeta às origens da comunidade local, busca-se que o frequentador crie laços entre a história e a atualidade, entendendo assim vários dos fatores que compõe a cultura açoriana, como arquitetura, urbanismo, gastronomia, arte e música.

Fonte: da autora (2020)

2ª edificação – Mercado público

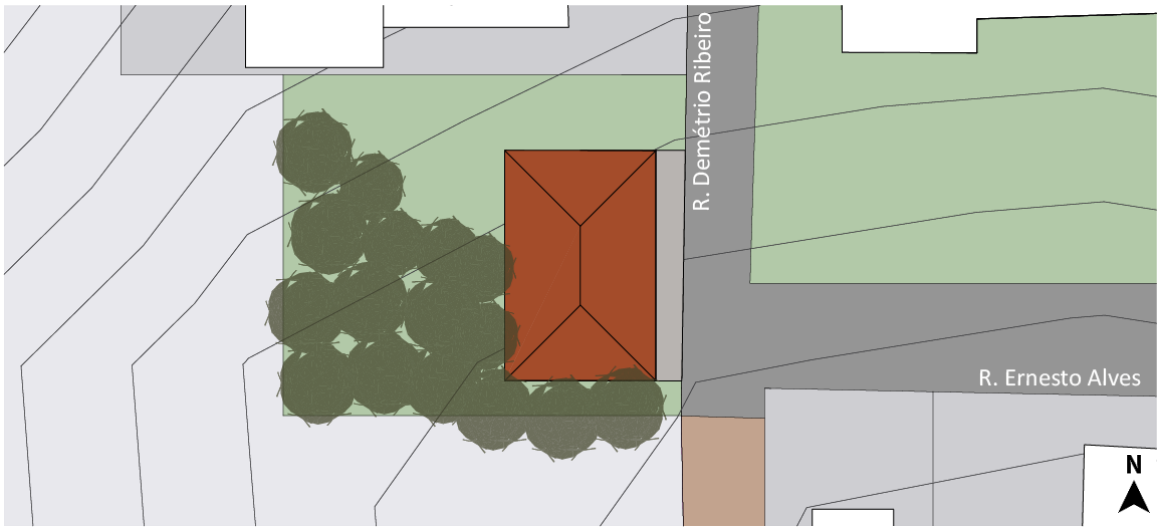
Fonte: da autora (2020)

A antiga estação férrea de Santo Amaro passará a abrigar o Mercado Público da Vila de Santo Amaro do Sul. A estação possui potencial para abrigar novos usos em virtude do grande espaço interno aberto, contato com o rio Jacuí e por ser um exemplo arquitetônico com características próprias, não encontradas nas demais edificações da Vila.

A criação de um Mercado Público vai ao encontro da força econômica da cidade aliada ao turismo na Vila. General Câmara tem capital gerado pela agricultura, agropecuária e pescaria. Os moradores locais passaram a possuir um espaço destinado para a venda de sua produção, com contato mais próximo aos clientes e visualização pelos turistas que visitarem a Vila. Busca-se criar um espaço de trocas de experiências e apropriação cultural, arquitetônica e de conexão entre ambiente interno e externo, entre locais e visitantes e intercultural.

Fonte: da autora (2020)

3ª edificação – Atelier Arte Açoriana



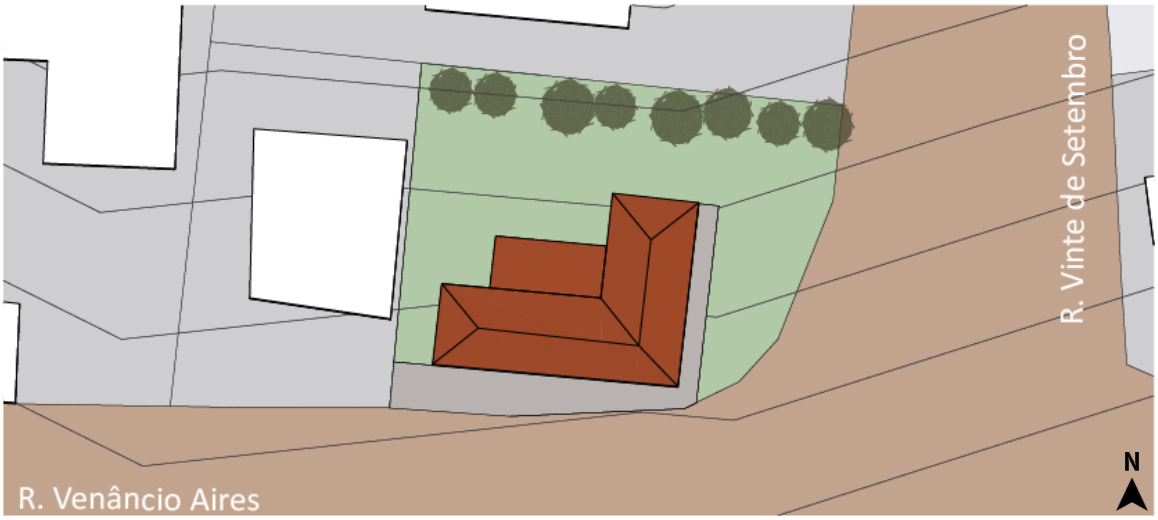
Fonte: da autora (2020)

O antigo casarão locado aos fundos da Igreja de Santo Amaro foi escolhido para locar o Atelier Arte Açoriana. A edificação apresenta como pontos favoráveis a localização que permite ampla visual da praça central da Vila, terreno com massa verde e arquitetura com maior presença de elementos barrocos que as demais edificações históricas do entorno. Sem desatender ao valor que possui junto a história da Vila, visto que foi a residência onde nasceu José Gomes de Vasconcelos Jardim, primeiro presidente da República Rio-grandense.

O espaço Atelier Arte Açoriana surge como forma de valorizar a cultura afro-brasileira e uma forma de empoderar as mulheres da Vila, as quais atualmente não possuem um local destinadas diretamente a elas. E a edificação escolhido para tal possui a grandiosidade que elas merecem. Neste espaço serão ofertadas oficinas de artesanato, rodas de conversa, espaços de convivência e loja para a venda da produção feita nas oficinas. As mulheres aprenderam um ofício e/ou se especializaram e passaram a ter sua própria fonte de renda.

Fonte: da autora (2020)

4ª edificação – Loja



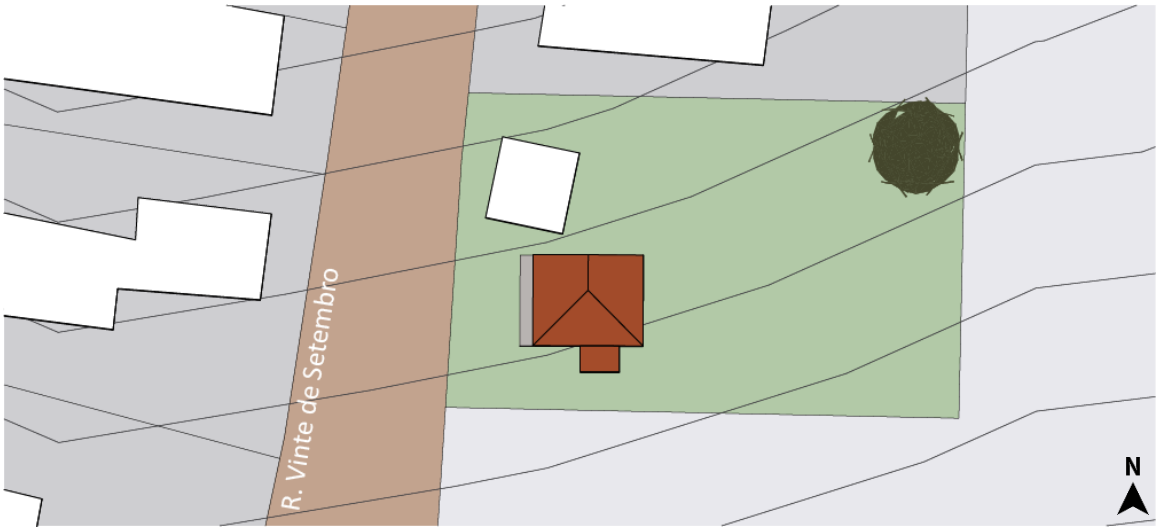
Fonte: da autora (2020)

O casarão em estrutura formal em L, locado em ponto de destaque nas margens do Rio Jacuí, entre as Ruas Venâncio Aires e Vinte de Setembro passará a possuir uso comercial, abrigando uma loja junto ao Rio. Esta é mais uma das edificações históricas tombadas pelo Iphan que atualmente não possuem o destaque merecido. Junto com o antigo mercado público, o primitivo solar e o acesso ao rio tornam a Rua Venâncio Aires um potencial comercial de produtos locais, artesanato, variedades e pacotes de atividades junto ao rio.

Para que esse potencial seja alcançado ao máximo, será feito nesta rua um trabalho de paisagismo para uso de exposição ao ar livre, quando necessário, e em paralelo intervenções arquitetônicas na edificação histórica em questão. A loja será um elemento fundamental nessa intervenção pois está em ponto de destaque. Esta também possuirá a linha de conexão entre o turista que busca experiências sensoriais e a natureza que a Vila dispõe.

Fonte: da autora (2020)

5ª edificação – Mirante e centro de informações turísticas



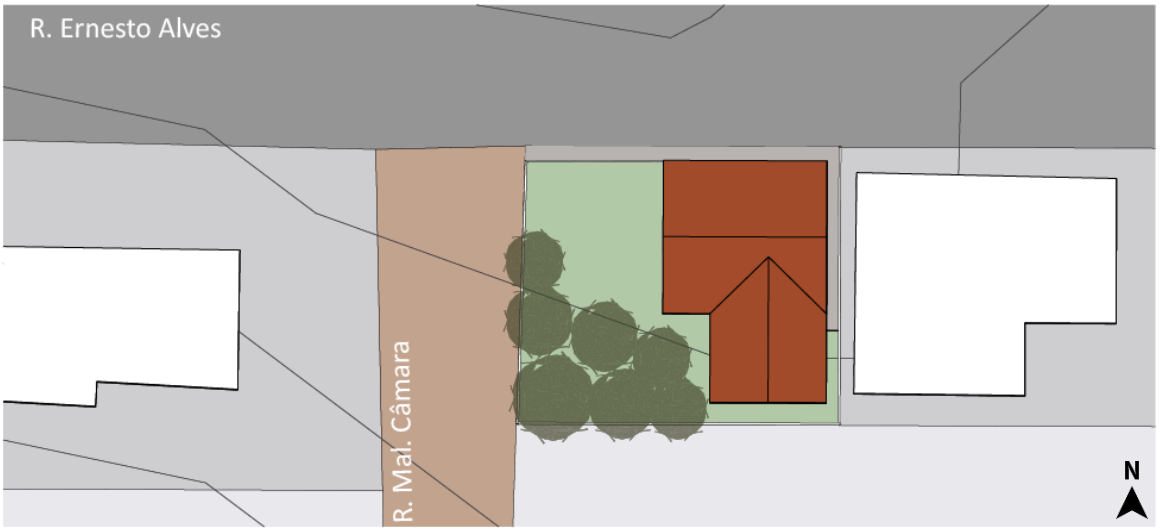
Fonte: da autora (2020)

A pequena residência locada na Rua Vinte de Setembro, que faz parte do conjunto de edificações tombadas pelo IPHAN servirá de Mirante e primeiro contato do visitante com a Rota 02 e com as visuais da Vila para com o Rio Jacuí.

O terreno onde está locada o futuro mirante possui potencial para ampliação da edificação, entretanto, neste será trabalhado paisagismo para criação de espaços de permanência e contemplação. A idealização desta edificação como Mirante surgiu durante as visitações para levantamento da área. Estando no espaço, pode-se perceber que aquele espaço possuía a visual mais ampla para o Rio Jacuí e o Vale ao fundo.

Fonte: da autora (2020)

6ª edificação - Livraria Francisco Pereira Rodrigues



Fonte: da autora (2020)

A edificação locada entre as Ruas Ernesto Alves e Marechal Câmara é a única que não apresenta caráter histórico e que não é tombada pelo IPHAN a fazer parte desta lista. Esta está locada junto à praça central ao lado da Rua que faz contato entre a praça e as margens do Rio Jacuí. Entretanto, não é a localização favorável ou a arquitetura que a fizeram compor essa lista. Mas sim, o proprietário desta, o qual dá nome ao espaço, Francisco Pereira Rodrigues.

Francisco (1913 – 2020) nasceu e cresceu na Vila de Santo Amaro do Sul, participou da vida política da localidade e era um admirador da Vila. Francisco se destacou com escritor, com mais de 50 livros escritos, e o tema principal de sua escrita era relator a história de Santo Amaro do Sul. A residência de Rodrigues foi executada, segundo definição do próprio, seguindo as características arquitetônica das edificações portuguesas do entorno. A livraria terá espaço destinado as obras de Francisco e ao acervo escrito da Vila de Santo Amaro do Sul.

Fonte: da autora (2020)

4.4.1 Diretrizes de conservação e restauro

Telhados

O tipo de telhado encontrado na Vila de Santo Amaro do Sul é o de telhas cerâmicas, conhecida popularmente como Romana, que esta foi introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses. A telha cerâmica é de fácil produção e no período colonial eram feitas muitas vezes no local da obra.

As coberturas eram executadas em duas águas, ou quatro em casas isoladas e sem calhas. Para estruturar este telhado eram instaladas cumeeira, terças e frechais apoiados sobre as paredes. E para fechamento/acabamento, eram usadas forros de tabuas de madeira.

Para a conservação do telhado é necessário, assim como nos outros sistemas, o levantamento do estado da estrutura para que se possa fazer o diagnóstico do telhado. As principais deficiências nessa estrutura conforme José La Pastina Filho, 2005:

> Sistema estrutural:
> - Espaçamento inadequado de caibros e ripas;
> - Seção insuficiente da cumeeira, terças e espigões nas quais se apoiam os caibros;
> - uma ou mais tesouras está com problemas nos apoios sobre o frechal ou na junção das pernas na linha baixa;
> - Má qualidade de execução das tesouras: madeira inadequada, peças subdimensionadas e/ou sambladuras mal executadas.
> Forro:
> - Manchas de umidade e apodrecimento, causadas pela infiltração continuada de águas pluviais ou oriundas de vazamento na rede hidráulica;
> - Ataque de insetos xilófagos e outros;
> - Abaulamento da superfície causado pela deterioração dos barrotes de sustentação ou por sobrecargas oriundas de deposição de objetos ou materiais de construção sobre o forro ou pontaletes de reforço da estrutura do telhado;
> - Fiação elétrica aparente e não isolada;
> - Má execução e subdimensionamento do sistema de sustentação;
> - Descuido ao andar sobre o forro;
> - Falta de ventilação do desvão do telhado, que cria um microclima favorável à proliferação de agentes patológicos.

Para executar o restauro do telhado e de sua estrutura é importante o levantamento com documentação gráfica, fotografias e iconográficos. José La Pastina Filho, 2005:

> Levantamento:
> - Análise individual de cada peça da estrutura, com a identificação das patologias e suas causas. Estes dados subsidiarão as medidas a serem tomadas quando da proposta de intervenção;
> Identificação de obras de reforços estrutural ao longo do tempo: tensores metálicos (comuns em igrejas com estrutura de caibro armado), chapuzes de madeira ou metálicos, tesouras adicionais, reforços, calços, pontaletes etc.
> Inspeção individual de cada telha:
> - Análise visual, separando as quebradas ou trincadas;
> - Testes de percussão, ou descarte das de som não metálicos;
> - Teste de porosidade e absorção de água;
> - Classificação em função de suas dimensões (variação admissível da ordem de 2%);
> - Seleção e armazenamento em local protegido. A seleção das telhas deverá levar em consideração todos os testes acima relacionados.

A troca de elementos só deve ser realizada em casos extremos e conforme Márcia Braga, 2003:

> Telhas:
> Quando houver telhas quebradas, deve-se substituí-las de imediato. No caso de telhas terem escorregado, é necessário fazer a amarração delas às ripas com arame, sendo estes de cobre para evitar sua corrosão e consequentes danos à telha.
> Estrutura de madeira:
> Dentro do possível, devem-se aproveitar as peças existentes, principalmente nos locais onde se encontram os encaixes, mantendo o sistema original.
> No caso de necessidade de preenchimento de pequenos buracos e fissuras, devem ser usados cola e pó de serra fino no mesmo tom da madeira original. O preenchimento deve ficar um pouco mais alto, para depois ser lixado.
> Quando for necessário preencher grandes falhas, utiliza-se uma emenda. A fixação se faz com cola.

Alvenarias

As técnicas construtivas que os portugueses trouxeram ao Brasil apresentavam características oriundas da Europa, entretanto, com interferências oriundas africanas e árabes. A execução de edificações sofre interferência de dois fatores: o conhecimento técnico e as possibilidades físico-geográfico do local que fornece o material.

As primeiras construções feitas no país, século XVI, pelos colonizadores eram de taipa de pilão – estrutura de madeira e barro. Após edificações elevadas em alvenaria de pedra e cal. Seguidas pelo sistema misto de alvenarias de pedra e tijolo. E no final de XIX alvenarias de tijolo.

Para a conservação e restauração das alvenarias de prédios históricos há ligação direta entre o sistema técnico empregado e a patologia do local. Nas alvenarias as principais patologias, conforme Manual de Conservação preventiva para edificações –IPHAN:

- Manchas de umidade;
- Fungos e mofos;
- Áreas com reboco pulverulento;
- Áreas com reboco descolando em placas;
- Descontinuidade da superfície;
- Descascamento da pintura;
- Manchas amareladas;
- Aparecimento de bolhas.

Esquadrias

As esquadrias do período colonial eram executadas em madeira e ferragens em ferro fundido. Para a conservação destas, assim como dos demais elementos da edificação, deve-se aproveitar o máximo possível do material original, substituindo as partes deterioradas. A manutenção das peças em madeira segue os mesmos procedimentos técnicos das madeiras de cobertura. As principais patologias encontradas nas esquadrias e vãos são conforme o Manual de Conservação preventiva para edificações –IPHAN:

- Presença de galerias de cupim de solo;
- Presença de pequenas bolas na cor marrom, junto à esquadria;
- Presença de pó branco abaixo das esquadrias e também pequenas perfurações circulares na madeira;
- Apodrecimento das peças devido à umidade;
- Mofos e fungos;
- Esquadrias empenadas;
- Rejuntamento dos vidros danificados ou faltantes;
- Vidros quebrados ou faltantes;
- Pintura em mau estado;
- Ferragens oxidadas ou danificadas;
- Ferrugem em bandeiras e gradis.

Para o restauro e/ou tratamento das esquadrias, o recomendado é a retirada destas do local e levar para um local para que seja feita a manutenção. Após retiradas é feito levantamento do estado das peças e apropriado tratamento.

4.5 Identidade visual

Na finalização deste trabalho, percebeu-se a necessidade da criação de um nome e logo que sintetizasse esta pesquisa. Na busca para a nova identidade visual, buscou-se atrelar a já existente rota da Vila de Santo Amaro do Sul, o Caminho Açoriano. Tendo em vista que, a existente não remetia a todos os conceitos e parâmetros abordados por esse trabalho de pesquisa, faltando abrangência na mesma, e consequentemente podendo gerar pouco interesse, visto que apenas repete fórmulas já existentes em outros lugares, essa passou por remodelação.

Conforme se verifica abaixo, junto à figura 45, a identidade visual do Caminho Açoriano é, atualmente, marcada por elementos diretamente ligados a colonização portuguesa. A imagem apresenta os tradicionais azulejos português, o navio das embarcações e a bússola. Ocorre que ele é muito pontual, não deixando espaço para a imaginação das pessoas, e, portanto, gerando pouco interesse em algo que, subjetivamente, parece ser já conhecido pelas pessoas.

Figura 45: logomarca do Caminho Açoriano

Fonte: Prefeitura de General Câmara

Na identidade visual proposta, se optou por uma linguagem contemporânea que reinterpreta as formas tradicionais de se remeter à cultura açoriana, sem, no entanto, deixar de ser clara a sua tônica. Buscou-se uma paleta de cores mais sóbrias, com formas minimalistas e esboçadas, abrindo espaço para a imaginação do público.

A nova identidade visual atua como um novo expoente, buscando gerar questionamento e interesse em pessoas que de outra forma veriam o presente projeto apenas como mais uma rota à lugares de origem açoriana.

Paleta de cores

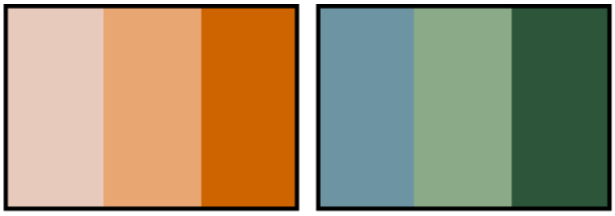
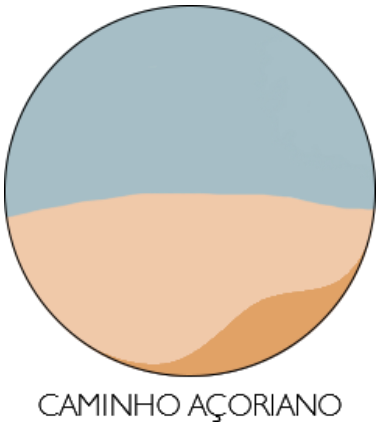


Imagem referência para desenvolvimento da capa

Logomarca



Capa

5. REFERENCIAIS DE PROJETO

5.1 Bairro Praia Grande, São Luís – Maranhão

Figura 46: Bairro Praia Grande - São Luís

Fonte: projeto Reviver

O primeiro projeto a ser analisado trata-se das políticas públicas realizadas no bairro Praia Grande em São Luís no Maranhão para preservação das edificações históricas e desenvolvimento do turismo. A cidade de São Luís é Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco, apresenta parte da economia baseada no turismo cultural e apresenta um considerável acervo arquitetônico. São Luís possui um conjunto de edificações tombadas com 3.500 imóveis dos séculos XVII, XVIII e XIX, com características da arquitetura Portuguesa.

A preservação do bairro Praia Grande iniciou-se na década de 1980, com o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCHSL, denominado Projeto Reviver. Dentre os objetivos do programa estão: proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico, incentivar as manifestações culturais e educacionais, restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, adequar as infraestruturas urbanas, revitalização das funções econômicas e culturais, entre outros. Estes objetivos foram retirados do Dossiê encaminhado para Unesco na forma de *Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO*.

O programa foi implementado em etapas e atualmente o bairro Praia Grande conta com 15 quadras e 200 imóveis beneficiados, todos estes tombados

pelo IPHAN. Além da manutenção das edificações, a infraestrutura geral foi renovada, ruas foram calçadas, prédios públicos ativados, novos usos e atividades econômicas voltadas ao turismo. Atrelado a isto, houve uma preocupação em manter as tradições locais, preservação da memória e história do Centro Histórico e do relacionamento entre os moradores e seu patrimônio.

O mapa inferior pontua os locais onde há os monumentos históricos no Bairro Praia e arredores. Dentre estes há mercados públicos, museus, praças, igrejas, palácios, entre outros atrativos para os turistas.

Figura 47: Mapa dos monumentos em São Luís

Fonte: projeto Reviver

Figura 48: ruas do bairro Praia Grande

Fonte: projeto Reviver

5.2 Paraty – Rio de Janeiro

A cidade de Paraty situa-se na região sul do estado do Rio Janeiro, no fundo da Baía da Ilha Grande e na borda da Serra da Bocaina. Além da geografia favorável, contato com o mar e a Mata Atlântica, há nesta um acervo de patrimônio histórico cultural e um calendário cultural repleto de eventos. O somatório destes elementos elencados anteriormente torna a cidade um atrativo turístico cultural, com milhares de visitantes anualmente, o qual possibilitou a cidade o título de Patrimônio Histórico Nacional.

A cidade possui atrativos para os mais diversos públicos, pois possui belas praias, o Parque Nacional da Serra da Bocaina e o Centro Histórico. Este é uma viagem ao passado, com edificações de arquitetura dos séculos XVIII e XIX. Neste centro, além do contato com a arquitetura, o visitante tem contato com a gastronomia e cultura local.

A cidade possui 04 tipos de atividades, com uma gama de pacotes cada: passeio pelo Mar, ecológico, cultural e de aventura. A linha de passeios culturais possui: City Tour em Paraty, Roteiro Caiçara, Roteiro Quilombola, Teatro de Bonecos – Grupo Contadores de Estórias, Academia de Cozinha, Aldeia Indígena e Quilombo do Campinho e Estância Climática de Cunha. O ministério de Cultura e o IPHAN definem o turismo cultural como:

> Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Para a administração pública de Paraty a relação entre turismo e cultura é recente no Brasil e começou a ser conectado. E para que seja colocado em prática, é necessária a compreensão de que:

> A relação entre cultura e turismo fundamenta-se em dois pilares: o primeiro é a existência de pessoas motivadas a conhecer culturas diversas e o segundo é a possibilidade do turismo servir como instrumento de valorização da identidade cultural, da preservação e conservação do patrimônio e da promoção econômica de bens culturais. Ou seja, para desenvolver este segmento turístico é preciso conhecer muito bem a demanda e a oferta.

Paraty foi escolhida pelo Ministério do Turismo (Mtur), com base no potencial existente, para servir de laboratório ao projeto Destinos Referência em Turismo Cultural. O projeto tem a premissa da participação dos representantes locais, entidades públicas, privadas. No final, um grupo é formando para assumir a gestão de liderança. A cidade apresentava um Conselho Municipal de Turismo (Comtur), mas este estava sendo subutilizado.

O projeto Destinos Referência em Paraty iniciou-se com a formação do Grupo de Gestores, com representantes da comunidade e governo. E pessoas que um grupo de pessoas que já vivia do turismo passou por capacitações. O projeto apresentava uma linha de ação que consistia nos seguintes pontos:

> - Instituir um arranjo Institucional para o desenvolvimento do projeto;
> - Elaborar planejamento participativo com foco no segmento;
> - Disseminar as experiências para outros destinos.

O projeto foi desenvolvido com enfoque no turismo cultural junto aos moradores locais. Ações e planos foram desenvolvidos, como o marketing, um website, o mapa dos pontos culturais, entre outros elementos. No final os resultados alcançados serviram de material para seminários do ramo Turístico Brasileiro. Dentre estes, alguns em destaque:

> - Reconhecimento da vocação turística do destino para desenvolver o segmento de Turismo Cultural;
> - Grupo Gestor atuante e representativo do setor turístico e cultural, que se ampliou e se fortaleceu durante o processo;
> - Metodologia de planejamento participativo, implementada pela consultoria Chias Marketing, com pesquisas, seminários de avaliação e aprovação das ações;
> - Posicionamento de mercado: imagem do destino relacionada ao segmento, logomarca que traduz a cultura, criação de material promocional, como vídeo, mapa turístico e cultural, e website;
> - Responsabilidade conjunta pela execução das ações definidas no planejamento;
> - Protagonismo local e continuidade das ações de desenvolvimento pelo Grupo Gestor, mesmo após a finalização do projeto;
> - Desafio coletivo de manter o número de visitantes e não permitir que a cidade se transforme em destino de massa (qualificar a oferta e direcionar a demanda);
> - Apoio para reativação do Comtur;

Figura 49: conjunto de imagens de Paraty - RJ

Fonte: www.paratytours.com.br

Figura 50: mapas turístico de Paraty - RJ

Fonte: www.paratytours.com.br

5.3 Caminho de Pedras, Bento Gonçalves – Rio Grande do Sul

Figura 51: Caminho de pedras, Bento Gonçalves

Fonte: caminhosdepedra.org.br

O Caminho de Pedras é um roteiro turístico localizado na cidade de Bento Gonçalves, na serra do Rio Grande do Sul. Este, concentra o maior acervo arquitetônico da imigração italiana no interior do país, com bens materiais e imateriais que juntos contam a história da colonização na serra gaúcha, iniciada em 1875. No ano de 2009, através da lei estadual 13.177/09, o roteiro tornou-se Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul.

O projeto foi idealizado pelo arq. Júlio Posenato e eng. Tarcísio Vasco Michelon no ano de 1987, quando em levantamento do acervo arquitetônico no interior do município de Bento Gonçalves, os idealizados viram na localidade um grande potencial turístico. Pois nesta havia um grande número de edificações antigas em bom estado de conservação subutilizadas.

Iniciou-se um processo de busca por investimentos para a manutenção das edificações. No início quatro imóveis foram restaurados e no ano de 1992 já se iniciaram as visitações. No ano de 1997 foi fundada a Associação Caminho de Pedra, projeto que, segundo informações da página oficial da associação:

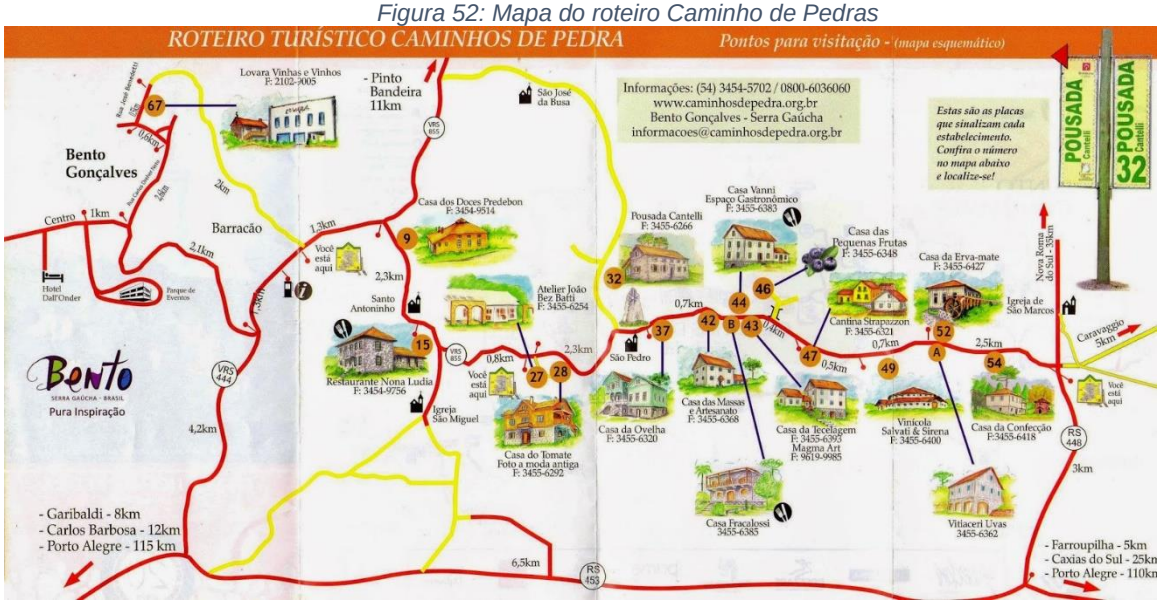
> Montou-se então um projeto abrangente que contemplava o resgate de todo o patrimônio cultural, não só o arquitetônico, envolvendo língua, folclore, arte, habilidades manuais, etc.

Após a aprovação pelo Conselho Estadual de Cultura, em 1998, iniciaram-se a captação de recursos para implantação do projeto através da Lei de Incentivo à Cultura do Estado do RS. O roteiro atualmente conta com média anual de

100.000 turistas e continua em expansão. As edificações não foram compradas pela Associação, estas ainda são de propriedade particular e administradas pelas famílias proprietárias. Os imóveis passaram por restauro e mudança no layout interno para suportar os novos usos propostos. O máximo de intervenções realizadas foram estruturas anexas, mas sem descaracterizar o patrimônio.

O roteiro abrange, até o momento, 54 pontos de visitação com os mais diversos atrativos para os visitantes, como: vinícolas, pousadas, restaurantes, parques e casas com enfoque em produtos locais e/ou serviços. A visitação a estes pontos pode ser feita de forma independente, mas se sugere que para grupos maiores um guia acompanhe. O local é de fácil acesso e há placas informativas por todo o percurso.

Figura 52: Mapa do roteiro Caminho de Pedras



Fonte: caminhosdepedra.org.br

Figura 53: edificações da rota

Fonte: caminhosdepedra.org.br

REFERENCIAS

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades Rio-grandenses**, Editora Livraria do Arquiteto, 2004.

WEIMER G.; Bertussi P.; Curtis J.; Salvia F.; Macedo F.; Rohde G.; Souza N.; **A arquitetura no Rio Grande do Sul**, Editora Mercado Aberto, 1987.

RODRIGUES P., FRANCISCO. **QG de Chico Pedro**, editora Martins livreiro, 2003.

RODRIGUES P., FRANCISCO. **Um crime de Lesa-história**, editora Martins livreiro, 1995.

RODRIGUES P., FRANCISCO. **Eis um homem**, editora Martins livreiro, 2014.

Choay, François. **A alegoria do patrimônio**, tradução de Luciano V. Machado, editora UNESP, 2006.

Zamin F.; Cardoso A.; Pinto M.; Kanter S.; IPHAE, **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul – Inventário das Estações 1874-1959**. Editora do estado, 2002.

Colombo, Nilza. **Memória e registro em Santo Amaro do Sul**, sem data. Disponível em: <http://anpap.org.br/anais/2017/PDF/HTCA/26encontro_____COLOMBO_Nilza_Cristiana_Taborda_de_Jesus.pdf> Acesso em: 05 ago. 2020.

AGUIAR, Marcos. **Os primórdios da formação sócioespacial do litoral Norte do Rio Grande do Sul**, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37448> Acesso em: 05 ago. 2020.

MACHADO, Neli. **Tradições culturais açorianas e de seus descendentes na região Vale do Taquari, Rio Grande do Sul/Brasil**, 2017. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/destaques/article/viewFile/1401/1158> Acesso em: 05 ago. 2020.

ANEXOS

Anexo 01

FICHA INDIVIDUAL

DENOMINAÇÃO: Estação de Santo Amaro
ENDEREÇO: Rua Venâncio Aires, 53 - Vila de Santo Amaro **MUNICÍPIO:** General Câmara
LINHA/RAMAL: Porto Alegre - Uruguaiana
CONSTRUTOR: Cristiano Benedito Ottoni, Herculano Veloso Ferreira e Caetano Furquim de Almeida

DATA DE INAUGURAÇÃO: 07.03.1883

DATA DE DESATIVAÇÃO: 1962

SÍTIO FERROVIÁRIO
TRILHOS: Não
OUTROS PRÉDIOS/EQUIPAMENTOS: Sim
TIPOS: Residência do guarda da estação

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom
VOLUMETRIA: B **COBERTURA:** B **VÃOS:** **REVESTIMENTOS:**
A - Mantido B - Parcialmente Alterado C - Totalmente Alterado

CATEGORIA/TIPOLOGIA: Estação de médio porte com características próprias
MATERIAL/TÉCNICA CONSTRUTIVA: Alvenaria de pedra (granito e grês) e de tijolos (paredes divisórias)
COBERTURA: (x) **BEIRAIS** ( ) **PLATIBANDA** ( ) **OUTROS** **Nº DE PAVIMENTOS:** Dois
TELHAMENTO: Fibrocimento **Nº ÁGUAS:** Múltiplas (10)
TIPOLOGIA VÃOS: Arco pleno e verga reta
DETALHES:
OBSERVAÇÕES: A área de serviço constitui-se em um acréscimo (informação do proprietário).
Área construída = 400 m² / Área do terreno = 1670 m²

PROPRIETÁRIO ATUAL: RFFSA. Propriedade adquirida em leilão por particular.

NÍVEL DE PROTEÇÃO: ( ) **Municipal** ( ) **Estadual** (x) **Federal**
TIPO DE PROTEÇÃO: (x) **Tombamento** (x) **Outros:** Inventário
LEGISLAÇÃO: Bem tombado pelo IPHAN em 1998, dentro do Conjunto Histórico da Vila de Santo Amaro
USO ATUAL E/OU PROJETO DE UTILIZAÇÃO: Atualmente utilizada como restaurante e residência.

HISTÓRICO/INFLUÊNCIA NO NÚCLEO URBANO/USOS/INTERVENÇÕES:

A linha Porto Alegre - Uruguaiana foi autorizada pelo Decreto Imperial 2397, de 10/09/1873, que determinava a construção de uma estrada de ferro que comunicasse o litoral e a capital com as fronteiras (era portanto o mesmo decreto que autorizava a construção da estrada Rio Grande - Bagé). No mesmo ano as condições para exploração e estudos desta linha foram aprovadas pelo Decreto 5.500, sendo assinado contrato entre o Governo Imperial e os concessionários Conselheiro Cristiano Benedito Ottoni, o Engº Herculano Veloso Ferreira Pena e o Bacharel Caetano Furquim de Almeida. O contrato estabelecia que a construção da estrada seria dividida em 4 seções, sendo que a primeira partiria de Santo Amaro *"ou abaixo desse ponto, em lugar de franca navegação do Rio Jacuí"*. As obras que eram contratadas por empreitadas parciais iniciaram em 1877, na margem direita do Rio Taquari, como o previsto na cláusula contratual, rumo à fronteira oeste do Estado. O percurso até Porto Alegre era completado por transporte fluvial pelo rio Jacuí, numa extensão de aproximadamente 60 quilômetros.
A primeira seção da linha que estendia-se até Cachoeira do Sul, com uma extensão de 138 km foi inaugurada em 1883, com as seguintes estações: Santo Amaro, Monte Alegre, João Rodrigues, Rua Velha, Ramiz Galvão, Rio Pardo, Pederneiras, Bexiga e Cachoeira.Santo Amaro, que foi um dos núcleos de povoamento mais antigos do Rio Grande do Sul, onde no século XVIII fixaram-se imigrantes açorianos, havia se emancipado de Taquari dois anos antes, em 1881. Sua localização às margens dos rios Jacuí e Taquari, ambos de fácil navegação, foi um fator importante para o surgimento e desenvolvimento da localidade, que pertenceu, sucessivamente, aos municípios de Rio Pardo, Triunfo e Taquari. Com a construção da ferrovia, o município de Santo Amaro dinamizou-se bastante, pois todo fluxo da linha Porto Alegre - Uruguaiana ali desembocava para seguir o percurso por via fluvial até a capital. A população em 1890 era de 11.939 habitantes, número que baixou nos anos seguintes devido à criação do município de Venâncio Aires, formado por parte do território de Santo Amaro.
A Companhia Arnt explorava o transporte fluvial e era proprietária dos barcos a vapor "Guapo" e "Porto Alegre" que *"fizeram época"*. Em 1911, com a conclusão do trecho Margem do Taquari - Rio dos Sinos, passando por Montenegro, completou-se a ligação ferroviária até Porto Alegre. Era possível, então, fazer todo o trajeto, desde Uruguaiana, de trem. Mesmo assim os vapores continuaram operando o transporte fluvial no Rio Jacuí e muitos passageiros preferiam tomar os barcos em Santo Amaro e seguir pelo rio até a capital. Esta situação perdurou até 1937, quando foi inaugurado o trecho Barreto - Diretor Pestana, que encurtou a viagem em 50 quilômetros. A década de 1930 marca o início da estagnação de Santo Amaro. Em 1939, com a instalação do Arsenal de Guerra nas edificações que haviam abrigado as oficinas ferroviárias, localizadas no distrito de Margem do Taquari, a sede do município é para ali deslocada. Santo Amaro passa a ser, então, distrito do município de Margem, que logo em seguida passa a denominar-se General Câmara (ver ficha). Se por um lado Santo Amaro perdeu uma série de equipamentos públicos e parou de crescer, por outro lado, houve a preservação de suas características urbanas e arquitetônicas originais, que em 1998 foram reconhecidas oficialmente em nível nacional, através do tombamento do sítio histórico que compreende, entre outros, a Estação Santo Amaro, atualmente utilizada como restaurante.
Com a inauguração da variante Ramiz Galvão-Barreto, em 1962, a estação de Santo Amaro foi desativada.

FONTES CONSULTADAS:

AMARAL, Átila do. O Transporte Ferroviário no Rio Grande do Sul. 1974 (cópia xerox)

FILHO, Ronaldo da Cruz Reichel. San39to Amaro do Sul. Patrimônio Histórico.

FORTES, Ariosto Borges. Histórico da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1964.

_____. V.F.R.G.S. Suas Estações e Paradas. Porto Alegre. 1962.

Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803 – 1950. Porto Alegre. 1981.

Inventário do Patrimônio Cultural de General Câmara. SPHAN. Pró-Memória. 10ª DR. Porto Alegre. 1989 - 1991.

Processo de Tombamento / IPHAN/ 12ª Coordenação Regional. Porto Alegre. s/d.

Fonte: IPHAE (2003)

Anexo 02

CAMINHO AÇORIANO
VALE VERDE
GENERAL CÂMARA
ERS 244
Estrada Monte Alegre
Estrada Gen. Câmara
R. Benedito Ribeiro
R. Bento Gonçalves
R. da Liberdade
R. Borges de Medeiros
R. Thomás Pereira
Praça
R. Ernesto Alves
R. General Câmara
R. Júlio de Castilhos
R. Venâncio Aires
R. Vinte de Setembro
LEGENDA
1- Mirante - 1º Ponto para observar a Vila Histórica.
2- Hotel de Santo Amaro - fundado em 1882, que servia para acomodar os viajantes do interior com destino a Porto Alegre.
3- Prédio ao lado do Centro de Atendimento ao Turista
4- CAT - Centro de Atendimento ao Turista. Já foi a Intendência, nome dado a Prefeitura de Santo Amaro na época.
5- Forte em homenagem a Imigração Açoriana.
6- Casarão ao lado do Posto de Saúde.
7- Casarão de moradia.
8- Casa de Cultura - Amaro Miguel José Pereira.
9- Casarão de moradia.
10- Igreja Matriz - a quarta mais antiga no Estado do Rio Grande do Sul, de 1787.
11- Casarão onde nasceu, em 12 de Abril de 1773, o herói farroupilha e primeiro presidente da República Rio-Grandense, José Gomes de Vasconcelos Jardim.
12- Casarão
13- Primitivo Solar
14- Estação Férrea de Amarópolis - fundada em 1883 e funcionou até 1961.
15- Casarão de moradia.
16- Casarão de moradia.
17- Barragem Eclusada de Amarópolis.
Restaurante
Praia
Escola
Cemitério
BRASIL
RIO GRANDE DO SUL
Distrito de Santo Amaro do Sul
GENERAL CÂMARA-RS
General Câmara
Valorizar a memória, cultivar as raízes
e construir uma nova história.
©LUCIANO D. DUARTE